



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Administração

LAIANE OLIVEIRA CARDOSO

**EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO
BRASIL**

Brasília – DF
2023

LAIANE OLIVEIRA CARDOSO

**EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO
BRASIL**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Professora Orientadora: Dr^a. Danielle Sandi Pinheiro.

Brasília – DF
2023

LAIANE OLIVEIRA CARDOSO

**EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO
BRASIL**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da aluna

LAIANE OLIVEIRA CARDOSO

Profa. Dra. Danielle Sandi Pinheiro

Professor-Orientador

Profa. Me. Olinda Maria Gomes Lesses

Professor-Examinador

Prof. Me. Roque Magno de Oliveira

Professor-Examinador

Brasília, 18 de dezembro de 2023.

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Aparecida Oliveira Dias. Mãe, eu te amo muito. Você é um exemplo para mim, de garra, de força e de perseverança.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por sempre estar comigo, por me dar forças e por sempre segurar minha mão. “(...) quando me sinto fraco, então é que sou forte”, e sei que minha força vem de Deus (2 Coríntios 12:10).

À minha mãe, por tudo! Ela sempre me incentivou a estudar e é a melhor mãe que eu poderia ter. Obrigada por mostrar, com exemplo, a não desistir dos meus objetivos.

Ao meu pai, Abadio, por todo incentivo e conselho, e por sempre me mostrar a importância dos estudos. Te amo, pai.

Ao meu padrasto, Remígio, por me tratar com uma filha, e por toda a ajuda. Você é um homem admirável e é como um pai para mim. Te amo.

A toda minha família e aos amigos.

À minha orientadora, Danielle Sandi, sem a qual não teria concluído este trabalho.

Por fim, agradeço a Mirella Balestero, por toda ajuda neste período. Que Deus abençoe cada um de vocês!

RESUMO

Sabe-se que, durante a pandemia da Covid-19, muitas pessoas perderam familiares e pessoas queridas, mas esse não foi o único problema. Os preços dos bens e dos serviços aumentaram em 2020 e a população sentiu a diferença de preço no bolso, impactando o poder de compra. Diante da situação da economia no cenário pandêmico, esta pesquisa surgiu com o objetivo de analisar esse momento e entender como a economia foi afetada. Para isso, elaboraram-se as perguntas de pesquisa: ‘De que forma a pandemia afetou economicamente o Brasil?’ e ‘Quais os efeitos da pandemia na inflação, no PIB (Produto Interno Bruto) e no desemprego no Brasil?’. Em vista do problema exposto, este trabalho adotou a pesquisa descritiva, uma vez que foi preciso descrever o tema por meio de um levantamento de fontes secundárias e uma leitura aprofundada para entender o que aconteceu na época. Estimou-se, desse modo, descrever os efeitos da pandemia no ano de 2020 e, ao final, analisar os dados obtidos. Conclui-se que a pandemia gerou efeitos na economia do Brasil na inflação, no PIB e no desemprego.

Palavras-chave: Economia. Inflação. PIB. Desemprego. Covid-19.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Elaboração das metas para inflação	21
Figura 2 – Histórico de metas para inflação	22
Figura 3 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais (%)	28
Figura 4 – Principais grupos do IPCA	32
Figura 5 – Principais contribuições dos grupos sobre o IPCA trimestralmente	36
Figura 6 – Gráfico com a variação mensal da alimentação no domicílio	37
Figura 7 – Gráfico com a variação mensal do grupo Serviços Fonte: IBGE e BACEN.	38
Figura 8 – Gráfico com a variação mensal do grupo Industriais	38
Figura 9 – Gráfico com a variação mensal do grupo monitorados.	39
Figura 10 – Gráfico com os componentes da demanda trimestrais Fonte: Contas Nacionais Trimestrais, 1º tri/2020.	40
Figura 11 – Gráfico com os componentes da demanda trimestral	41
Figura 12 – Componentes da demanda trimestral	42
Figura 13 – Componentes da demanda trimestral	43
Figura 14 – PIB trimestral no ano de 2020	44
Figura 15 – Taxa de participação (%) da força de trabalho de pessoas acima de 14 anos	45
Figura 16 – Distribuição percentual das pessoas na idade para trabalhar por condição de ocupação	45
Figura 17 – Taxa de participação (%) da força de trabalho de pessoas acima de 14 anos	46
Figura 18 – Distribuição percentual das pessoas na idade para trabalhar por condição de ocupação	46
Figura 19 – Taxa de participação (%) da força de trabalho de pessoas acima de 14 anos	47
Figura 20 – Distribuição percentual das pessoas na idade para trabalhar por condição de ocupação	47
Figura 21 – Taxa de participação (%) da força de trabalho de pessoas acima de 14 anos	48
Figura 22 – Distribuição percentual das pessoas na idade para trabalhar por condição de ocupação	48
Figura 23 – Taxa de desemprego trimestral	49
Figura 24 – Pesquisa Pulso empresas	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sites usados na pesquisa	12
Quadro 2 – Os principais tipos de inflação	14
Quadro 3 – Abordagem pelas despesas	26

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1.	Contextualização	9
1.2.	Formulação do problema	9
1.3.	Objetivo Geral	10
1.4.	Objetivos Específicos	10
1.5.	Justificativa	10
2.	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	10
2.1.	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	11
3.	REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1.	Comportamento da Inflação	14
3.2.	Comportamento do PIB	25
3.3.	Comportamento do Desemprego	27
3.4.	Pandemia da Covid-19	30
4.	DISCUSSÃO	31
4.1.	Inflação	31
4.2.	PIB	39
4.3.	Desemprego	44
5.	CONCLUSÃO	54
6.	REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, foi feita uma discussão sobre os principais aspectos da pandemia da Covid-19 e como esse período impactou economicamente o Brasil. Para isso, a sessão introdutória foi dividida em cinco partes: contextualização do tema, formulação do problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos e justificativa do trabalho.

1.1. Contextualização

No ano de 2019, foi noticiada na China a existência de uma doença denominada Covid. Causada pelo coronavírus, a doença se espalhou rapidamente pelo mundo, infectando e adoecendo muitas pessoas, e, em alguns casos, levando-as a óbito. Essa situação fez com que surgisse uma pandemia, que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se da disseminação mundial de uma doença.

Além dos problemas de saúde, a pandemia da Covid-19 desencadeou uma crise econômica que afetou diversos países. Isso porque, em meados de 2020 e 2021, foi necessário se isolar como forma de proteção ao vírus e esse isolamento social fez com que vários setores ficassem estagnados. Ao assistir aos noticiários da época, por exemplo, são constatadas diversas notícias sobre economia, inflação e taxa SELIC. E ainda, notam-se informações recorrentes sobre como o preço de um determinado bem aumentou ou diminuiu.

Por conta da situação pandêmica, comércios e empresas fecharam e passaram a cortar os salários e a demitir seus funcionários. Com isso, houve interrupção da produção industrial, escassez de produtos – como álcool em gel e máscara, essenciais para manter o isolamento – e aumento exponencial do preço dos alimentos, acarretando problemas sociais, a saber: fome, desemprego, atraso de pagamento nas contas básicas etc.

Em vista disso, o seguinte trabalho buscou compreender o que aconteceu com a economia no Brasil durante a pandemia, descrevendo e analisando seus impactos na sociedade.

1.2. Formulação do problema

A inflação é um fenômeno recorrente que, ao longo dos anos, afeta o país positiva ou negativamente. Por conta disso, medidas econômicas, como o Plano Collor, o Plano Cruzado e o congelamento de preços, foram implementados para controlar a inflação quando esta se mostrava inadequada. Nesse sentido, faz-se necessário estudar a temática, que está vinculada

(i) ao PIB, uma vez que o conceito consiste na produção de bens finais no país e trata-se do consumo das famílias, do governo, das importações e das exportações, e (ii) ao desemprego, pois quanto mais pessoas desempregadas, menos dinheiro às famílias possuem e, conseqüentemente, menos dinheiro estará em circulação.

Dessa maneira, constatou-se que esses fatores influenciam o país economicamente, o que se acentuou com o surgimento da pandemia da Covid-19 no Brasil no início de 2020. Em decorrência da situação, os preços dos serviços e dos produtos aumentaram, as pessoas empregadas diminuíram e a renda das famílias caiu, gerando fome, desemprego, dificuldade financeira, entre outros obstáculos.

1.3. Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa foi analisar o contexto econômico no Brasil durante a pandemia da Covid-19.

1.4. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho foram:

- Levantar dados sobre inflação, PIB, desemprego durante a pandemia da Covid-19;
- Entender o comportamento dos indicadores mencionados anteriormente na economia Brasil durante a pandemia, levando em consideração o ano de 2020;
- Identificar quais os efeitos da pandemia na economia brasileira.

1.5. Justificativa

O isolamento de acordo com Luck e Verner (2020) tende a gerar efeitos como ocorreu gripe de 1918, em que o distanciamento social diminuiu a taxa de mortalidade, sendo uma medida necessária em tempos de pandemia. No ano de 2020, o governo determinou o isolamento social como uma medida para conter o vírus da Covid-19, mas essa medida gerou efeitos na saúde como também na economia. Assim,

Em sintaxe, acredita-se que a crise atual guarda algumas diferenças importantes em relação às anteriores não só quanto a dimensão da redução súbita da atividade econômica em nível global, provocada pelo isolamento social, como do nível de incerteza gerado que tem rapidamente instabilizado o mercado de commodities (JUNIOR; RITA, 2020, p.468)

Logo, esta pesquisa se mostrou relevante porque estudou um acontecimento global, a pandemia da Covid-19, que afetou as pessoas em diversos sentidos. Nessa perspectiva, buscou-se compreender o cenário por meio da Economia e identificar quais foram os efeitos econômicos da pandemia no Brasil.

2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O método de uma pesquisa é, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 24), o “caminho para chegarmos a determinado fim” com um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento” (Prodanov; Freitas (2013, p. 24). À vista disso, para atingir o objetivo geral do estudo, foram descritos e detalhados neste capítulo os métodos, a tipologia, a abordagem e a finalidade desta pesquisa.

2.1. Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Esta monografia consiste em uma pesquisa descritiva, que, de acordo com Gill (1991):

Tem como objetivo primordial, a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre as variáveis. [...]

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental e etc. Outras pesquisas, deste tipo, são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, índice de criminalidade que aí se registra, e etc. (Gil, 1991, p. 46).

Sobre esse assunto, Selltiz *et al.* (1965) afirmam que a pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever um fenômeno de forma detalhada para identificar como determinado fenômeno ocorre.

Além da pesquisa descritiva, este trabalho conta com a coleta de dados por meio do estudo bibliográfico e documental. Com relação à pesquisa bibliográfica, Vergara (2007, p. 48) a conceitua como “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Referente à abordagem, que determina a forma como os dados serão analisados, esta pesquisa é tanto quantitativa quanto qualitativa, uma vez que mescla dados numéricos e análise desses dados. Para exemplificar cada um dos conceitos, Rangel *et al.* (2018, p. 6) declaram que:

No tratamento qualitativo, utiliza-se a compreensão e interpretação dos dados, com atenção aos significados que neles se expressam, incorporando-os ao desenvolvimento das análises. No tratamento quantitativo, utilizam-se experimentos e cálculos estatísticos, como processos que orientam as interpretações analíticas. Os tratamentos “quantitativo” e “qualitativo” não são excludentes e podem se associar e se complementar mutuamente nas pesquisas.

Gill (1991) acentua a importância do levantamento de dados que estejam alinhados com o objetivo do trabalho, visando a execução eficaz do trabalho. Para realizar o levantamento de dados, utilizamos a internet, pois se trata de uma ampla ferramenta de busca que desempenha um papel importante para aquisição de informações. Malhotra (2001) destaca a importância da web/internet como incorporadora de valor nas fases de pesquisa e como suporte no problema a ser desenvolvido, nas discussões, nos resultados e na implementação de dados secundários (Malhotra, 2001, p. 56-60).

Nesta monografia, os textos foram pesquisados em repositórios acadêmicos, revistas, sites oficiais, livros virtuais, monografias entre outros materiais. A título de esclarecimento, foi elaborado um quadro para organizar os *sites* acessados:

BCE - Portal Minhas Bibliotecas (unb.br)	Biblioteca digital da UnB (Universidade de Brasília)
Google Acadêmico	Google acadêmico
SciELO.org	Portal eletrônico de periódicos
Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente: Pesquisar (unb.br)	Biblioteca digital de monografias
Portal .periódicos. CAPES - Portal .periódicos. CAPES	Portal de Periódicos da CAPES
Produto Interno Bruto - PIB IBGE	Site oficial do IBGE
Banco Central do Brasil (bcb.gov.br)	Site do banco central do Brasil (BACEN)

Quadro 1 – Sites usados na pesquisa

Fonte: elaborada pela autora

A fim de buscar referências sobre o tema da pesquisa, foram usadas as seguintes palavras-chave: Inflação, PIB, desemprego, Covid-19, economia, PIB, efeitos inflacionários, Covid-19 no Brasil, metas para inflação, cálculo do PIB, economia brasileira e IPCA. Essas palavras funcionam como iscas para encontrar na web informações e estudos que possam contribuir para o referencial teórico e para as discussões do trabalho.

A respeito da coleta de dados secundários, objetivou-se encontrar informações que já tenham sido compiladas e analisadas, como desemprego, IPCA, metas para inflação e PIB.

Tais informações passam credibilidade para a pesquisa, visto que utilizam dados calculados por órgãos e instituições governamentais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, foram estudados o conceito de inflação, PIB e desemprego. Importa mencionar que foi discutida a teoria quantitativa da moeda, uma das teorias que explicam o termo inflação mediante os meios de pagamento, e a curva de Phillips, que constitui a relação existente entre desemprego e inflação. Sob a perspectiva do PIB, compreendemos o conceito, sua abordagem e seu cálculo, e o conceito e o comportamento do desemprego.

Além desses pontos, é importante refletir sobre a pandemia da Covid-19 no mundo e, mais especificamente, no Brasil, haja vista que esse cenário pode ter influenciado a economia. Assim, o referencial teórico serviu de base para desenvolver as discussões e alcançar o objetivo do trabalho.

3.1 Comportamento da Inflação

A inflação é um fenômeno muito estudado e, para o político norte-americano Blanchard (2011), configura-se como “uma elevação sustentada do nível geral de preços da economia - conhecido como nível de preços. A taxa de inflação é a taxa à qual o nível de preços aumenta” (Blanchard, 2011, p. 25). A respeito disso, o IBGE, que tem por função o levantamento de informações da população brasileira, entende que inflação “é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços” (IBGE, 2023c).

Nesse mesmo seguimento, Rossetti (2016) delimita que o fenômeno inflacionário é um “aumento geral dos preços”. De acordo com o autor:

A inflação é a categoria predominante de variação do valor da moeda. Trata-se de um fenômeno universal, comum a praticamente todos os países. Corresponde a uma alta geral, mas não necessariamente simétrica, dos preços dos bens e serviços, expressos pelo padrão monetário corrente. A alta, que varia de intensidade de país para país e de época para época, implica desvalorização da moeda em relação aos demais ativos (Rossetti, 2016, p. 744).

O autor também conceitua a inflação como um fenômeno universal. Isso se dá porque ela não pertence apenas a um país, mas a todos os países, visto que se trata de uma variação no valor da moeda – com inflação mais alta, mais baixa ou mais ou menos controlada. Desse modo, verifica-se que “a inflação ocorre quando o nível geral de preços está aumentando (...)” (Samuelson; Nordhaus, 2012, p. 538). ou seja, ela não gera um aumento de

um bem isoladamente, mas um aumento geral que afeta um conjunto de bens e serviços. Acerca disso, Rossetti (2016) ressalta que:

Só há inflação quando se verifica elevação do nível geral de preços, à qual corresponde uma redução de magnitude equivalente no valor da moeda corrente. Este conceito de inflação aplica-se tanto aos sopros inflacionários quanto às hiperinflações. O que varia, no caso, é apenas a magnitude da taxa de elevação geral dos preços por unidade de tempo e o grau em que se dá a decomposição da moeda (Rossetti, 2016, p. 743).

Há também o livro “Economia e mercados: introdução à economia”, de 2018, que conceitua inflação e explica algumas características referentes ao termo:

A inflação é definida como uma situação em que há um aumento contínuo e generalizado de preços. Essas características de generalidade e continuidade fazem da inflação um processo e não uma ocorrência passageira. Assim, se os preços dos bens se elevassem apenas durante um curto período de tempo, estabilizando-se em seguida, não seria caracterizado um processo inflacionário, mas apenas um ajuste da economia. Em outras palavras, uma economia é inflacionária quando os preços aumentam continuamente e por um longo período de tempo (Silva; Luiz, 2018, p. 97).

São diversas as interpretações sobre o conceito e elas acabam se complementando, mas, em resumo, a inflação é o aumento generalizado dos preços que afeta o poder de compra da população. Há vários tipos de inflação, a saber: inflação inercial, inflação da demanda e inflação de custos. A primeira consiste em uma “garantia (legal ou por prática) de reajustar preços com base na constatação da existência de inflação” (Lanzana, 2016, p. 93). A segunda, a inflação da demanda, refere-se ao aumento da demanda e “é causada por crescimento dos meios de pagamento que não é acompanhado pelo crescimento da produção” (Silva; Luiz, 2018, p. 114). Isso quer dizer que, havendo o acréscimo da demanda por determinados bens e serviços, pode ocorrer o aumento da circulação dos meios de pagamento na economia. E para que seja caracterizada a inflação da demanda, a economia teria de atingir o pleno emprego.

Já a inflação dos custos é explicada por Luque e Vasconcellos (2002) como oriunda da inflação da oferta, em que há aumento dos bens, dos insumos ou da rentabilidade que sobressair do aumento do custo de produção. Um fator associado a esse tipo de inflação é o monopólio, isto é, o controle de mercado. Em situações de monopólio, os empresários podem, por exemplo, obter vantagem por estipular os preços muito acima do seu custo, haja vista que não há concorrência.

Inflação inercial	Realinhamento de preços automaticamente.
-------------------	--

Inflação da demanda	É a procura abundante dos bens e serviços.
Inflação de custos	Elevação dos custos de produção.

Quadro 2 – Os principais tipos de inflação
Fonte: elaborado pela autora.

Conforme exposto no quadro, a inflação inercial pode ser definida como um realinhamento de preços, visto que a inflação passada com a expectativa do futuro afeta os preços no momento presente, gerando um realinhamento de preços de forma automática. Dessa maneira:

(...) a cada período, digamos, de um mês, a inflação tende a ser igual à inflação do período anterior, por força dos reajustes das prestações, nos aluguéis, nos salários e etc. A essa resistência da inflação às políticas de estabilização que atacam as causas primárias da elevação de preços damos o nome de inércia inflacionária (Silva; Luiz, 2018, p. 118).

A inflação da demanda, no entanto, devido à procura abundante de bens e serviços, causa um desequilíbrio entre procura e oferta. Imagine uma situação simples e hipotética em que toda a população quisesse só vestir camisa rosa por conta de uma nova tendência. Nesse cenário, a indústria e as empresas de confecção não conseguiriam acompanhar a demanda por camisas dessa cor e os preços aumentariam, o que indica excesso pela procura.

Por último, a demanda de custos é caracterizada pela elevação dos custos de produção. Esse tipo de inflação acontece em decorrência do aumento de custos das empresas que são repassadas para o consumidor (Gremaud, 2016). Como a inflação constitui um indicador econômico, convém analisar os efeitos.

Quanto aos efeitos inflacionários eles dependem da intensidade e da duração da inflação e podem causar graves consequências, como (i) os fatores de produção, (ii) os bens, (iii) os serviços, (iv) o poder de compra dos consumidores de forma agressiva e (v) a renda agregada. Além disso, eles podem (vi) influenciar as escolhas da população ao adquirir um bem e (vii) os investimentos do mercado financeiro.

As inflações rastejantes, por exemplo, por ser um tipo de inflação em que o aumento é lento pela variação de preços quase imperceptíveis, produzem efeitos e consequências discretas. Isso pode ocasionar a diminuição do valor, a circulação e a utilidade dos meios de pagamento. Como impacto no nível social, pode-se mencionar a pobreza e o desempenho. Tais efeitos ocorrem porque a inflação é mais prejudicial aos pobres, acirrando os conflitos entre as classes sociais.

Um efeito inflacionário descrito no livro “Economia e mercados: introdução à economia (2018)” é a distribuição de renda, pois trata-se da “(...) proporção em que o produto,

ou a renda, é distribuído entre os proprietários dos fatores de produção” (Silva; Luiz; 2018, p. 111). Desse modo, os pobres sentem mais a alteração nos preços devido aos reajustes salariais que não conseguem acompanhar as alterações nos preços dos bens. Ademais, a inflação pode incidir sobre a balança comercial, que representa as despesas e as receitas e as transações comerciais entre os países, uma vez que a compreensão dos efeitos e as consequências desse fenômeno levam a medidas que visam à estabilidade dos preços, para isso é necessário estudar a mensuração.

A mensuração da inflação pode ser feita por índices específicos, tais como IPCA, INPC e IPC. O IPCA e o INPC são índices calculados pelo IBGE. Já o IPCA é o índice oficial do país, usado pelo Banco Central do Brasil para monitorar a inflação.

Importa destacar que os dois primeiros índices têm como propósito analisar a variação de preços de uma determinada cesta de produtos e serviços. Esta é determinada pela POF, Pesquisa de Orçamentos Familiares, que analisa o consumo da população para verificar os gastos familiares em produtos e serviços, como gastos com médico, transporte, arroz e feijão.

A diferença entre o IPCA e o INPC é que o IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor, engloba, de forma ampla, a população. Seu cálculo é feito com base na renda mensal das famílias de 1 a 40 salários-mínimos, enquanto o INPC, que é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, analisa a renda mensal das famílias de 1 a 5 salários-mínimos.

Tal distinção acontece porque no INPC há grupos que poderão ser bastante afetados pelas variações de preços, como os casos das famílias que possuem de 1 a 5 salários-mínimos. O cálculo é realizado com base no levantamento de 13 áreas urbanas no Brasil e é feito mensalmente, comparando os preços de bens e serviços do mês anterior e chegando em um valor que reflete a variação dos preços. Além disso, a população pode perder ou ganhar poder de compra, contestação que pode ser observada se o salário em comparação com o ano anterior sofrer alteração e for menor que o IPCA, havendo, por conseguinte, uma perda do poder de compra do consumidor.

Outro índice é o IPC, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que relata que o índice de preço ao consumidor:

mede a variação de preços de um conjunto fixo de bens e serviços componentes de despesas habituais de famílias com nível de renda situado entre 1 e 33 salários mínimos mensais. Sua pesquisa de preços se desenvolve diariamente, cobrindo sete das principais capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília (FGV, 2020).

Em síntese, o IPC “quantifica a tendência do preço médio de bens e serviços comprados pelos consumidores” (Samuelson; Nordhaus, 2012, p. 330), ou seja, tem o objetivo de analisar a variação de preços de diversos bens e serviços consumidos por famílias. As famílias analisadas possuem entre 1 e 33 salários-mínimos e estão nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília.

Destarte, esse é um índice importante porque possibilita o entendimento do aumento dos preços, visto que ajuda a compreender o porquê dos aumentos de alguns produtos. Ele analisa oito grupos de despesas: “Alimentação, Habitação, Vestuário, Saúde e Cuidados Pessoais, Educação, Leitura e Recreação, Transportes, Despesas Diversas e Comunicação” (FGV, 2020). Seu cálculo é realizado a partir das despesas dos oitos grupos mencionados por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada nos anos de 2008 e 2009. A POF, por sua vez, objetiva “possibilitar traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos”. Após, entender o conceito, os tipos e seu cálculo, convém o entendimento da inflação no Brasil e como se desencadeou ao longo dos anos, a começar pelo período pós-guerra.

Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um período conhecido como pós-guerra. O Brasil, inicialmente, se manteve neutro durante esse momento, porém decidiu participar e ajudar os EUA e seus aliados. O presidente no Brasil era Getúlio Vargas e, entre 1946 e 1958, o país iniciou um processo de industrialização forte e a criação de novas instituições financeiras. Com isso, a moeda escritural, como um meio de pagamento, cresceu exponencialmente, o que ocasionou o quadro inflacionário, já que influenciou as emissões da moeda (Rossetti, 2016).

Durante o governo Vargas, acentuou-se a pressão entre as empresas do setor agrícola sobre as instituições financeiras devido à taxa de juros e às linhas de financiamento e crédito. Além disso, uma das principais causas da inflação no período são os gastos do governo. Dentre os anos de 1946 a 1958, o país investiu muito em infraestrutura, assim, o déficit público gerou impacto negativo nas contas desse território. Importa mencionar também que o termo déficit público passa a ideia de que as despesas do governo são maiores do que as receitas públicas (Rossetti, 2016)

Mais tarde, nos anos de 1964 a 1967, Marechal Humberto Castello Branco assumiu o poder, sendo o primeiro presidente durante o período da Ditadura Militar. Seu governo ficou conhecido por implementar duras repressões, e esse período foi denominado de “Anos de chumbo”. Esse termo se deu pela implementação dos atos institucionais que configuraram

repressão à grande parte da população, especialmente os mais pobres, como os movimentos sociais e a oposição (Rossetti, 2016).

Para o controle da inflação, o governo criou o PAEG, Plano de Ação Econômica do Governo. Essa iniciativa teve como objetivo controlar os gastos do governo, nesse sentido, implementou-se o reajuste dos salários dos brasileiros para abaixo da inflação do ano anterior. Os assalariados no período eram proibidos de realizar greves e, com todo esse esforço do governo, a inflação recuou. Desse modo, as políticas econômicas realizadas por Castello Branco agradaram e beneficiaram os grandes empresários (Rossetti, 2016)

O governo de Castello Branco facilitou o “Milagre Econômico”. Entre os anos de 1968 e 1979, Artur Costa e Silva assumiu a presidência devido à eleição indireta. Tal governo estipulou a política econômica, que teve como objetivo o desenvolvimento da economia. Então, surgiu o “Milagre Econômico”, que cedia benefícios fiscais incentivando as indústrias a crescerem. Esse período causou otimismo dos investidores, refletindo no mercado financeiro. (Rossetti, 2016).

Em função da ampla disponibilidade e facilidade de financiamentos, os meios de pagamentos cresceram. Outrossim, houve déficit do setor público por conta da facilidade de empréstimos a empresários e altos investimentos estatais. Com isso, tornou-se necessária a emissão de moeda primária que, somando a esse contexto, colaborou para a alta inflacionária no período. Outro fator que contribuiu para o quadro inflacionário foi a indexação da economia em virtude da correção monetária sobre a indexação monetária diante de diversos setores (Rossetti, 2016).

Para melhor compreensão do assunto, é necessário mencionar a crise do petróleo, que ocorreu em 1973 e afetou todos os países, gerando repercussões profundas. O petróleo é uma energia não renovável, logo, existe muita disputa por esse recurso. Essa crise foi resultado do conflito entre os países árabes e as nações que são aliadas à Israel. No entanto, as maiores reservas de petróleo estão localizadas no Oriente Médio.

Os países árabes decidiram que as nações alinhadas com Israel não receberiam petróleo, o que implicou o aumento dos preços. Nesse período, havia muita demanda pelo consumo de petróleo nos países, como EUA e países europeus, agravando a crise. O Brasil também possui a matéria-prima, mas ela é preparada e refinada no exterior, então, o país vende e, posteriormente, compra o produto final. Nota-se, portanto, que, em momentos de crise, os brasileiros são afetados pelo aumento no preço dos barris de petróleo (Rossetti, 2016).

Nos anos seguintes, entre 1979 e 1991, surge uma crise. A primeira, em 1979, foi resultante da Revolução Iraniana em que a extração do petróleo foi prejudicada e, a partir daí, o Irã se tornou um governo teocrático. Já a crise de 1991 se deu pelo confronto entre Irã e os EUA (Rossetti, 2016).

A inflação chegou a patamares altíssimos entre 1980 e 1994 e muito se deu pela indexação nos anos anteriores que, como um ciclo, aumenta ainda mais a inflação a níveis preocupantes. Com a indexação dos preços, a inflação passada se reproduz no momento presente, visto que, na indexação de preços, há o reajuste de preços baseado na inflação do período anterior, e o consumo se manterá constante (Rossetti, 2016).

Diante do exposto, surgiu o Plano Cruzado – uma tentativa de controlar a inflação no Brasil que se caracterizava por um novo meio de pagamento e a troca de indexação de preços pelo congelamento de preços e a taxa cambial fixa. O Plano teve duas versões: Plano Cruzado I e II (Rossetti, 2016).

O ocorrido começou no governo de José Sarney em 1986 após o término da Ditadura Militar e, como mencionado, consiste em uma tentativa de estabilização econômica, na qual a moeda cruzeiro foi substituída pela moeda cruzado – que valia aproximadamente 1000 vezes mais. Nesse momento, houve o congelamento dos preços, o reajuste dos salários, o adiantamento do salário-mínimo, a criação do seguro-desemprego e o congelamento da taxa de câmbio para tornarem mais atrativas as exportações e as importações, além do FND, Fundo Nacional de Desenvolvimento, que tinha o objetivo de acompanhar o plano de metas para estabilização da economia (Rossetti, 2016).

Contudo, o Plano Cruzado teve falhas, porque o congelamento de preços limitava a um determinado preço, impedindo que os produtores e os empresários reajustassem os preços. Isso teve uma consequência: o desestímulo da venda e diminuição da rentabilidade dos produtos, além do choque na oferta e na demanda. Em vista disso, os produtos começaram a sumir das prateleiras dos supermercados, criando filas pelo desabastecimento de bens e afetando a produção de produtos que possuem características sazonais (Rossetti, 2016).

A inflação retornou com mais força em 1987, pois o consumo aumentou, expandindo a oferta monetária devido ao contexto do aumento do consumo e à elevação nos salários e nos empregos. Nessa conjuntura, a inflação chegou a patamares de quatro dígitos. Foi quando se instituiu, em 1989, no governo de Fernando Collor de Mello, o Plano Collor I e II.

O governo de Collor era uma tentativa de controlar a inflação e o consumo. Em vista disso, ele realizou o confisco das poupanças, que foi instalada em 1990, ação responsável por muita instabilidade por parte da população e ansiedade, além de instalar uma forte crise

política que contribuiu para o *impeachment* no ano de 1992. Depois desse fato, a presidência foi assumida por Itamar Franco, conforme vimos em Rossetti (2016).

Algumas tentativas de estabilização aconteceram nos anos de 1987 a 1990, como o congelamento de forma parcial dos preços e a retenção de ativos financeiros por parte do governo, mas a cada medida a inflação crescia diante dos planos para estabilização e a inflação chegava à hiperinflação. (Rossetti, 2016).

Como tentativa de combater a hiperinflação no período, foi implementado em 1994, durante o governo do presidente Itamar Franco, o Plano Real. Diante desse contexto, Fernando Henrique Cardoso que posteriormente se tornou presidente foi nomeado Ministro da Fazenda com o objetivo de contribuir para o controle do quadro inflacionário no país. Foi nesse momento que surgiu o Plano Real, o qual simboliza um marco importantíssimo por ter sido responsável pela criação do real, moeda vigente que circula até os dias de hoje. (Rossetti, 2016).

O Plano Real teve sucesso por ter diagnosticado e estudado a raiz do problema. Produziu-se o FSE, Fundo Social de Emergência, vigente atualmente, o qual proporcionou menor rigidez nos gastos da União. Essa medida foi necessária diante da implementação do Plano Real, visto que a Constituição de 1988, criada após aproximadamente 20 anos de Ditadura Militar, dificultava o ajuste fiscal. (Rossetti, 2016).

Assim, o Plano trouxe controle da moeda, bem como aumento do recolhimento compulsório, que é um instrumento de política monetária na qual o Banco Central do Brasil (BACEN) controla a quantidade de moeda no país e a flexibilidade ao câmbio, tudo dentro dos limites estabelecidos pelo Banco. Com o passar dos meses, ficou evidente a estabilização que o Plano Real proporcionou. (Rossetti, 2016).

Todo histórico inflacionário no Brasil desencadeou, nos brasileiros e no governo, um receio de que o passado se repetisse no presente e no futuro, visto que a população precisou estocar alimentos ou fazer compras que duravam dias e meses – o mesmo ativo poderia ter seu valor deteriorado e tudo isso foi movido à insegurança. Dessa maneira, surgiu a necessidade da implantação do regime de metas de inflação no Brasil.

O sistema de metas para inflação refletia a preocupação com o risco de descontrole monetário e o retorno da instabilidade e representava o compromisso do BACEN e das autoridades com a estabilidade econômica no país. No Brasil, a meta é estabelecida pelo Conselho Monetária, responsável pelas normas que são seguidas pelo BACEN e por executar as políticas estabelecidas pelo CMN. A meta consiste na inflação acumulada no período que,

segundo BACEN (2023), é “o conjunto de procedimentos para garantir a estabilidade de preços no país”.

O CMN define a meta para os próximos anos baseando-se no contexto nacional. O sistema prevê um intervalo de 1,5 ponto de tolerância para cima ou para baixo e se, naquele período, a inflação extrapolar a tolerância, o presidente do BC deverá tornar público os motivos do descumprimento de forma detalhada. Portanto, de acordo com o BACEN (2023), a “meta para inflação confere maior segurança sobre os rumos da política monetária, mostrando à sociedade, de forma transparente, o compromisso do BACEN com a estabilidade de preços”.

Como características, o sistema de metas para inflação possui transparência, porque há divulgação pública com metas estabelecidas a curto e médio prazo e consiste em um instrumento de política monetária que visa manter a inflação sob controle. Quanto a isso, tem-se como estratégia planos para manter a inflação dentro dos parâmetros preestabelecidos. Nesse ângulo, o BACEN utiliza a taxa básica de juros como instrumento.

Para exemplificar, será apresentada uma ilustração retirada do site do BACEN, que explica, de forma clara, o passo a passo de como funciona a meta para inflação.

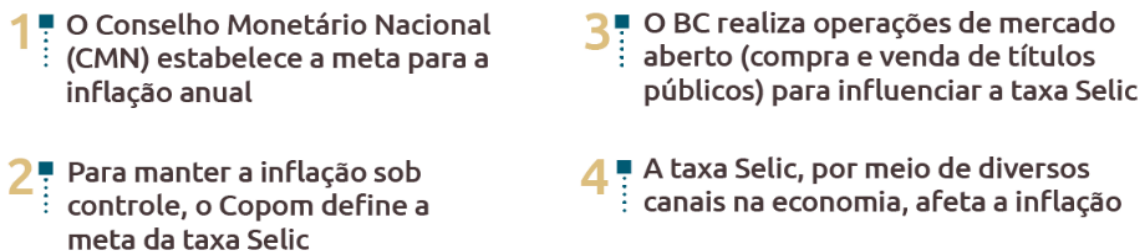


Figura 1 – Elaboração das metas para inflação
Fonte: BACEN (2023).

O CMN é um órgão normativo que delibera sobre a economia no Brasil e tem como função estabelecer a meta para inflação anual. A respeito do BACEN, trata-se de um órgão executor que irá, por meio da taxa Selic e operações no mercado aberto, influenciar o consumo das pessoas e afetar a inflação para que a mesma fique próxima da meta que o CMN estipulou.

Quando se fala sobre a taxa Selic, BACEN (2023) entende que:

A Selic é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela

influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras.

Outrossim, a taxa Selic é definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) em reuniões a cada 45 dias e é baseada nas expectativas do mercado. A seguir, será exposto um histórico de metas para a inflação.

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Tamanho do intervalo +/- (p.p.)	Intervalo de tolerância (%)	Inflação efetiva (Variação do IPCA, %)
1999	Resolução CMN nº 2.615	30/6/1999	8	2	6-10	8,94
2000			6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução CMN nº 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003+	Resolução CMN nº 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	9,30
	Resolução CMN nº 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	9,30
2004+	Resolução CMN nº 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	7,60
	Resolução CMN nº 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	
2005	Resolução CMN nº 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução CMN nº 3.210	30/6/2004	4,5	2,0	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução CMN nº 3.291	23/6/2005	4,5	2,0	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução CMN nº 3.378	29/6/2006	4,5	2,0	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução CMN nº 3.463	26/6/2007	4,5	2,0	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução CMN nº 3.584	01/7/2008	4,5	2,0	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução CMN nº 3.748	30/6/2009	4,5	2,0	2,5-6,5	6,50
2012	Resolução CMN nº 3.880	22/6/2010	4,5	2,0	2,5-6,5	5,84
2013	Resolução CMN nº 3.991	30/6/2011	4,5	2,0	2,5-6,5	5,91
2014	Resolução CMN nº 4.095	28/6/2012	4,5	2,0	2,5-6,5	6,41
2015	Resolução CMN nº 4.237	28/6/2013	4,5	2,0	2,5-6,5	10,67
2016	Resolução CMN nº 4.345	25/6/2014	4,5	2,0	2,5-6,5	6,29
2017	Resolução CMN nº 4.419	25/6/2015	4,5	1,5	3,0-6,0	2,95
2018	Resolução CMN nº 4.499	30/6/2016	4,5	1,5	3,0-6,0	3,75
2019	Resolução CMN nº 4.582	29/6/2017	4,25	1,50	2,75-5,75	4,31
2020	Resolução CMN nº 4.582	29/6/2017	4,00	1,50	2,50-5,50	4,52
2021	Resolução CMN nº 4.671	26/6/2018	3,75	1,50	2,25-5,25	10,06
2022	Resolução CMN nº 4.724	27/6/2019	3,50	1,50	2,00-5,00	5,79
2023	Resolução CMN nº 4.831	25/6/2020	3,25	1,50	1,75-4,75	
2024	Resolução CMN nº 4.918	24/6/2021	3,00	1,50	1,50-4,50	
2025	Resolução CMN nº 5.018	23/6/2022	3,00	1,50	1,50-4,50	

Figura 2 – Histórico de metas para inflação
Fonte: BACEN (2023).

A adoção do sistema de metas para inflação foi realizada em 1999 e ela possibilita o controle da inflação dentro os níveis estabelecidos pelo BACEN. Com essa tabela, é possível notar que a inflação, na maioria dos anos, permanece dentro do intervalo de tolerância, enquanto nos demais meses esteve fora do intervalo de forma temporária.

Nessa direção, o sistema de metas é muito importante para o planejamento das empresas, do governo e das famílias, pois as pessoas podem utilizá-lo para inflação como meio de se planejarem e de organizarem, além de proporcionar, para a população brasileira, a transparência – com as metas, o COPOM disponibiliza o relatório de inflação.

Segundo o site do BACEN (2023), a inflação ficou fora do intervalo de tolerância nos anos 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021 e 2022. Como explicado anteriormente, o CMN estabelece a meta de inflação anual e, posteriormente, o COPOM, que é um órgão do Banco Central.

Além disso, o próprio BACEN utiliza diversos mecanismos, tais como venda e compra de títulos públicos, operação de redesconto, e uso da taxa básica de juros da economia para manter a inflação dentro do intervalo. Caso isso não ocorra, cabe ao presidente do Banco Central do Brasil escrever uma carta explicando os motivos para o presidente do Conselho Monetário Nacional (CMN) não ter conseguido controlar a inflação no período. Ainda sobre o conceito, existem várias teorias que conceituam e explicam o que é inflação, e a teoria quantitativa da moeda é uma delas.

Essa teoria clássica é defendida pelos monetaristas e faz uma relação entre o nível geral dos preços com a oferta monetária disponível, assim, o valor da moeda é definido pela oferta monetária. Para exemplificar, quando o ouro e a prata eram meios de pagamento, a relação de valor desses meios estavam relacionados à disponibilidade, da mesma forma que, quando há um excesso dos meios de pagamento, há uma desvalorização deles.

No século XVI e XVII, J. Bordin (entre os anos de 1930 e 1990), um dos maiores mercantilistas, contribuiu para a economia e mostrou a importância da moeda para a estabilidade da economia. Além dele, vários autores contribuíram para a teoria quantitativa da moeda, como David Hume (século XVIII), que impactou positivamente a macroeconomia com suas obras. Em seu ensaio *Of Money*, defendeu que alterações na circulação da oferta monetária afetam os preços, ideia que favoreceu a teoria quantitativa da moeda. Sobre a importância da moeda, o autor declarou que:

Quando certa quantidade de moeda é importada por uma nação, de início ela não se dispersa, permanecendo confinada nos cofres de algumas poucas pessoas que

imediatamente procuram tirar vantagens disso. São indústrias ou negociantes [...] que se tornam capazes de empregar mais trabalhadores os quais não demandam inicialmente por maiores remunerações [...] Esses trabalhadores agora com mais dinheiro podem comer e beber melhor. O fazendeiro e o jardineiro percebendo que suas mercadorias estão sendo levadas, esforçam-se em conseguir mais bens de consumo [...] É fácil perceber que a trajetória da moeda em seu percurso acelera a diligência dos indivíduos antes que o preço do trabalho se eleve (Hume, 1752).

Irving Fisher (1911) também é um autor importante, já que foi um dos primeiros economistas neoclássicos e colaborou muito para o monetarismo. Para Fisher (1911), há uma relação entre os preços dos bens e serviços e o poder de compra da população, pois quanto maior os preços, menor será o poder de compra da população. Trata-se de uma relação inversamente proporcional, uma vez que a teoria quantitativa da moeda resultante de conceitos, como oferta monetária e variações nos preços, resulta na equação de trocas. A equação de troca foi formulada pelo autor em 1911 no *The purchasing power of Money*, e a fórmula é expressa por:

$$M * V = P * Y$$

Esclarecendo a fórmula: M é a oferta monetária; V é a velocidade de circulação; P é o índice de preços; e Y é o volume físico da produção. Logo, a teoria sugere que o nível geral dos preços poderá ter equilíbrio caso a oferta monetária aumente e a velocidade de circulação da moeda e o volume físico da produção permaneçam constantes. Dessa maneira, será possível equilibrar a equação formulada por Irving Fisher.

A teoria quantitativa da moeda passa a ideia de que a inflação tem como causa o aumento da circulação monetária, gerando o aumento dos preços dos bens e serviços. Diante disso, tem-se a lógica de que, se há uma grande circulação monetária no país, o consumo e a demanda aumentarão, porque a população tem mais poder de compra.

Diferente de Fisher, Milton Friedman (1968), um economista do século 20, Friedman (1968), alega que a inflação não é resultante somente da relação oferta e demanda, mas também das expectativas dos agentes econômicos, que, por sua vez, influenciam a determinação da inflação. Isso porque, com o aumento na oferta monetária, elevaram-se as expectativas dos agentes econômicos, implicando o comportamento dos mesmos e gerando mais inflação. Destarte, os agentes econômicos, ou seja, as pessoas reagem à inflação, impactando na tomada de decisão no âmbito econômico.

O autor ainda introduziu o termo “expectativas racionais”, pois, segundo ele, as pessoas tomam decisões com base nas perspectivas econômicas, o que, de certa forma, provoca um ciclo inflacionário. Esse ciclo acontece porque, se o governo aumentar o dinheiro

em circulação de forma persistente, tais agentes irão ajustar suas expectativas com base na oferta monetária e isso antecipa a inflação. Assim sendo, a antecipação interfere nos preços dos bens e serviços e nos salários.

Portanto, de acordo com Friedman (1968), o controle da moeda em circulação é essencial para a estabilidade dos preços e, conseqüentemente, da inflação. Diante disso, surge sua versão aceleracionista acerca da curva de Phillips, que será discutida nos próximos capítulos com o desemprego.

3.2 Comportamento do PIB

O PIB é um indicador econômico que, segundo o IBGE (2023b), órgão responsável pelo cálculo, consiste na soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade em, geralmente, um ano. Ele pode ser dividido em nominal e real e sua diferenciação foi exposta a seguir:

O PIB nominal é medido a preços reais de mercado. O PIB real é calculado a preços constantes, e invariáveis (em que calculamos o número de automóveis vezes o seu preço em dado ano). O PIB real é a medida da produção analisada mais frequentemente; serve para o controle apertado do pulsar da economia de um país. (Samuelson; Nordhaus, 2009, p. 329).

Outrossim, “o PIB real é a medida mais abrangente da produção de uma economia” (Samuelson; Nordhaus, 2009, p. 330). Logo, esse cálculo ajuda a compreender a situação econômica do país e, conseqüentemente, da população. Contudo, se o PIB está em crescimento, isso é indicativo que a economia vai bem, e o contrário também é verdadeiro, pois indica que o Banco Central do Brasil (BACEN) e as autoridades precisam implementar medidas e políticas para estimular a produção no país.

Todos os países calculam o PIB nas suas respectivas moedas e o conceito traz algumas premissas importantes, a saber: (i) o PIB é usado para a mensuração dos bens e dos serviços finais; (ii) todos os países calculam seu produto interno; (iii) trata-se de um indicador padrão para comparação do desenvolvimento econômico entre países utilizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o banco mundial; e (iv) o PIB ajuda a compreender a situação econômica de um país.

Destrinchando cada premissa, pode-se afirmar que não são usados para calcular o PIB bens intermediários, e sim bens e serviços finais. Isso acontece para que não haja duplicidade na contagem. Veja um exemplo dado pelo IBGE (2023b): “Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão”.

Comumente, o PIB é utilizado por países como uma métrica econômica para verificar o crescimento da economia. Segundo o livro 'Macroeconomia: princípios e aplicações', "o Produto Interno Bruto (PIB) de um país é o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos para o mercado em um determinado ano e dentro das fronteiras do país" (Hall; Lieberman, 2003, p. 109). Todavia, esse cálculo não é exclusivo do Brasil, podendo ser feito regionalmente e, dependendo do caso, em municípios.

O PIB utiliza como método de cálculo a abordagem pelas despesas (Hall; Lieberman, 2003, p. 112). Nele, a economia é dividida em quatro categorias:

Bens e serviços de consumo (C)	Consumo das famílias
Bens e serviços do capital privado (I)	Investimentos do setor privado
Bens e serviços do Governo (G)	Gastos do governo
Exportações líquidas (X-N)	Diferença entre exportações e importações

Quadro 3 – Abordagem pelas despesas

Fonte: elaborado pela autora com base em Hall e Lieberman (2003).

Com isso, surge a fórmula do PIB, na qual são somados o consumo das famílias, os investimentos do capital privado, dos bens e serviços comprados pelo governo, e as exportações líquidas. Nesse sentido, o PIB configura-se como:

$$\text{PIB} = C + I + G (X- N)$$

Os bens e serviços de consumo que representam o consumo das famílias são gastos com gasolina, alimentação, saúde, remédios, roupas, brinquedos etc., mas os itens usados não entram no cálculo do PIB. Ademais, são estimados os gastos com alimentação para famílias que moram em fazenda e produzem e consomem os próprios alimentos.

Com relação à aquisição de um imóvel novo, mesmo que obtido por famílias, considera-se que se trata de um investimento privado, e não um consumo. Sobre investimento privado, os autores Hall e Lieberman (2003, p. 114) definem o conceito como "estoque de capital do país durante o ano". Eles também ressaltam que "o investimento privado possui três componentes, sendo compras de instalações e equipamentos por firmas; novos imóveis residenciais; e variação dos estoques das firmas, estoques de mercadorias não vendidas" (Hall; Lieberman, 2003, p. 114).

As compras de instalações e equipamentos são considerados bens finais porque duram muitos anos. Os novos imóveis residenciais até poderiam entrar como consumo das famílias, mas pensando pela mesma lógica de instalações e equipamentos, também é um bem que durará bastante tempo, portanto, é um investimento privado. Ainda sobre investimento privado, há a variação no estoque a respeito de bens que são produzidos, mas que não são vendidos imediatamente e que vão para estoques – entram no cálculo por ser um fator importante da produção corrente.

Essas compras do governo configuram-se como gastos em bens e serviços consumidos durante o ano, o que inclui “pagamento de salários dos funcionários públicos, das Forças Armadas, das matérias-primas, como papel para impressoras, gasolina para carros oficiais, e da energia elétrica usada nos prédios do governo” (Hall; Lieberman, 2003, p. 118).

A respeito das exportações líquidas, pode-se explicar que:

(...) para contabilizar corretamente o produto vendido e estrangeiros e o comprado deles, precisamos incluir as exportações líquidas, a diferença entre exportações e importações, como parte da despesa do PIB” (Hall; Lieberman, 2003 p. 119).

O PIB representa a produção econômica do país, não obstante, com a taxa de desemprego alta, há reflexo no PIB, no consumo e, conseqüentemente, na inflação – esta será discutida no próximo tópico. Nessa perspectiva, a relação existente entre PIB e inflação se dá porque quando os itens estão com os estoques limitados, os preços tendem a subir. Os estoques, por sua vez, é a produção de bens e serviços, ou seja, o PIB, logo, quando o PIB está em alta, toda a produção de bens e serviços finais também estão, e a inflação tende a subir porque mais dinheiro está em circulação. Portanto, a relação existente entre PIB e inflação é explicada pelo BACEN, que toma decisões com base no PIB e na inflação para impulsionar a economia.

3.3 Comportamento do Desemprego

O IBGE conceitua o termo desemprego relacionado a pessoas que poderiam estar trabalhando mas que não estão, e pessoas que estão à procura de uma oportunidade mas que não conseguem:

de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego (IBGE, 2023a).

Perante o exposto, o desemprego é quando as pessoas que estão em idade para trabalhar não estão empregadas. Entretanto, não basta estar à procura de um trabalho para ser considerado desempregado, haja vista que há um grupo de pessoas que não estão empregadas, mas não são consideradas desempregadas, tais como as donas de casas, os estudantes (universitários) e os empreendedores (que possuem o próprio negócio).

Nesse sentido, a taxa de desemprego configura-se como a “porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas” (IBGE, 2023a), dado disponibilizado pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que consiste na pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua, conforme ilustrado na figura a seguir:



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

Figura 3 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais (%)
Fonte: IBGE (2023).

De acordo com a figura 3, percebe-se que no trimestre de junho a agosto de 2021 a taxa de desocupação, ou seja, o desemprego estava em alta em detrimento dos demais trimestres, já que o número de pessoas em situação de trabalho aumentou. Essa imagem se trata apenas de um exemplo de como é representada a taxa de desocupação pelo IBGE, órgão que utiliza o PNAD.

Vale mencionar que o PNAD foi implantado em 2012 e sua periodicidade pode ser mensal (1 mês), trimestral (3 meses), anual (12 meses) e variável (esporadicamente, sem data definida). No Brasil, por exemplo, é divulgada a taxa de desemprego trimestralmente.

No site oficial do IBGE, o PNAD:

Visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares (IBGE, 2023a).

Nesse sentido, o PNAD é uma pesquisa que almeja apurar as características da população brasileira. O cálculo divide a população em ‘apta para trabalhar’ e ‘não apta’. Apto para trabalhar é o indivíduo maior e igual a 14 anos, enquanto o não apto se refere aos menores de 14 anos.

Saber os dados de desemprego é importante porque eles contribuem para que o governo e as autoridades monetárias, como o Banco Central do Brasil (BACEN), tomem decisões e elaborem políticas a fim de estimular a produção no país. Logo, a taxa de desemprego ajuda a contribuir para a compreensão de como a economia comporta a longo, médio e curto prazo.

Diante da discussão, o desemprego possui relação com a inflação, pois quanto maior a taxa de desemprego no país, menor é a circulação de renda porque mais pessoas estão desempregadas. Tal fato gera menor demanda por bens e serviços, com isso, as empresas terão um menor poder para aumentar os preços dos seus produtos. Ao mesmo tempo, esse cenário limita a competição entre as empresas, fazendo com que as mesmas abaxem os preços para que haja aumento na demanda, relação estudada pela Curva de Phillips.

Curva de Phillips é um conceito da economia utilizado para visualizar a relação inversa existente entre inflação e desemprego, ou seja, o *trade off*. Essa relação é inversa porque quando há o aumento da inflação vigente no período, há, de forma inversa, a diminuição do desemprego (Vasconcellos, 2012, p. 328). Phillips observou, no Reino Unido, entre os anos de 1861 e 1957, o comportamento da inflação perante o desemprego, foi aí que o economista chegou à presente teoria (Nogami; Passos, 2016).

Sua teoria mostra que a alta da inflação geralmente ocorre depois que o nível de desemprego diminuiu ou quando o nível de emprego cresce. E ainda, quando há baixa

inflacionária, as pessoas tendem a estar desempregadas. Isso porque os empresários, ao constatarem impacto negativo nas vendas, costumam diminuir o quadro de funcionários (Nogami; Passos, 2016). A seguir, a relação expressa matematicamente por uma fórmula (Vasconcellos, 2012, p. 328):

$$\pi = -\beta (x - x^n)$$

Na fórmula, π é a taxa de inflação e, no lado direito, o *beta* representa a elasticidade da inflação. ‘ x ’ é taxa de desemprego no período, e x^n representa a taxa natural do desemprego que é “(...) compatível com o pleno emprego provocada pela mobilidade normal da mão de obra, pois sempre há uma parcela da mão de obra que está se deslocando, mudando de emprego, região etc” (Vasconcellos, 2012, p. 328).

Para o autor Phillips (1958), se houver aumento da taxa de desemprego, é indicador de um excesso na oferta, o que pressionaria uma menor inflação. Além disso, caso a inflação aumentasse no período, os salários seriam menores, motivando as empresas a contratarem mais pessoas. Portanto, quanto menor o desemprego, maior será a inflação.

Com o passar do tempo, a teoria de Phillips foi questionada pois, se existe a inflação recorrente, a população tende a se preparar para o aumento dos preços, fazendo compras, estocando alimentos e poupando dinheiro. Outrossim, há uma tendência de produtores alterarem ou adiarem a produção.

Por essa razão, surgiram estudos que defendem a importância da expectativa dos agentes diante de uma inflação esperada, em decorrência da necessidade de inclusão da inflação na fórmula estabelecida por Phillips. Isso deu origem à versão aceleracionista da curva de Phillips, conforme aponta Vasconcellos (2012).

Em suma, a visão aceleracionista da Curva de Phillips passa a ideia de que quando a taxa de inflação está alta, a taxa de desemprego está baixa, introduzindo as expectativas dos agentes. Friedman (1968), acerca do assunto, discutiu a importância de analisar as expectativas dos agentes, porque os agentes inclinam-se a aprender com o passado. Dessa forma, as expectativas relacionadas à inflação são impactadas e os trabalhadores irão procurar oportunidades melhores, isto é, que pagam mais, ou negociar sua permanência no emprego, preparando-se para a inflação.

3.4 Pandemia da Covid-19

O primeiro caso de Covid-19 identificado foi na China em 31 de dezembro de 2019, mas somente em março de 2020 que ela foi declarada como pandemia. Sobre o conceito de

pandemia, o site da BBC (2020) afirma que é uma situação em que uma doença infecciosa ameaça muitas pessoas ao redor do mundo simultaneamente”.

Sobre o conceito de Covid-19, convém destacar que ele se refere a *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus-2* (Sars-Cov-2) e consiste em uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Esse vírus é potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Mediante a não existência de um estado crônico, o vírus é eliminado do organismo.

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi anunciado em 26 de fevereiro de 2020, sendo um homem de 61 anos de idade, morador de São Paulo e que esteve na Itália. Com o aparecimento da doença no mundo todo, medidas, como o isolamento social, foram necessárias dentro e fora do país. No entanto, ao fechar os estabelecimentos e as empresas, gerou-se efeitos nas economias ao redor do mundo, especialmente na inflação do Brasil. No próximo capítulo, o trabalho discutirá os efeitos econômicos da pandemia no Brasil.

4. DISCUSSÃO

Neste capítulo, foi feita a análise dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia do Brasil, tendo como base os pressupostos teóricos da inflação, do PIB e do desemprego para entender esse período. Ademais, a disseminação da Covid-19 fez com que as autoridades tomassem medidas para restringir a circulação de pessoas, ou seja, o *lockdown* foi um meio de parar a propagação do vírus.

Para começar a análise, é importante mencionar os impactos da pandemia da Covid-19, são eles: efeitos na inflação e impactos no PIB e no desemprego.

4.1 Inflação

A fim de analisar os dados, foi utilizado o relatório trimestral de inflação disponibilizado pelo Banco Central, o que possibilita ao Copom passar transparência acerca da economia. Para isso, são utilizados os dados do IBGE e do FGV e os índices como o IPCA.

A análise da inflação trimestral se deu porque foram utilizados os principais grupos expostos pelo IBGE que influenciam a inflação são: alimentos no domicílio, bens industriais, monitorados, serviços e alimentos *in natura*, como exibido na figura a seguir.

Tabela 5 – Classificações do IPCA a partir de janeiro de 2020: estrutura completa¹

Livres	Calculado por exclusão de monitorados.
Alimentos	Alimentação no domicílio.
Alimentos <i>in natura</i>	Tubérculos, raízes e legumes; Hortaliças e verduras; Frutas; Ovo de galinha.
Alimentos semi-elaborados	Cereais, leguminosas e oleaginosas; Carnes; Pescados; Frango inteiro; Frango em pedaços; Leite longa vida.
Alimentos industrializados	Farinhas, féculas e massas; Açúcares e derivados; Carnes e peixes industrializados; Leite e derivados (exceto Leite longa vida); Panificados; Óleos e gorduras; Bebidas e infusões; Enlatados e conservas; Sal e condimentos.
Serviços	Alimentação fora do domicílio; Aluguel residencial; Condomínio; Mudança; Mão de obra (Reparos); Consertos e manutenção; Passagem aérea; Transporte escolar; Transporte por aplicativo; Seguro voluntário de veículo; Conserto de automóvel; Estacionamento; Pintura de veículo; Aluguel de veículo; Serviços médicos e dentários; Serviços laboratoriais e hospitalares; Serviços pessoais (exceto Cartório e Conselho de classe); Recreação (exceto Jogos de azar, Instrumento musical, Bicicleta, Alimento para animais, Brinquedo e Material de caça e pesca); Cursos regulares; Cursos diversos; Plano de telefonia móvel; TV por assinatura; Acesso à Internet; Serviços de streaming; Combo de telefonia, Internet e TV por assinatura.
Serviços - Subjacente	Alimentação fora do domicílio; Aluguel residencial; Condomínio; Mudança; Consertos e manutenção; Transporte escolar; Seguro voluntário de veículo; Conserto de automóvel; Estacionamento; Pintura de veículo; Aluguel de veículo; Serviços médicos e dentários; Serviços laboratoriais e hospitalares; Costureira; Manicure; Cabeleireiro e barbeiro; Depilação; Despachante; Serviço bancário; Sobrancelha; Clube; Tratamento de animais (clínica); Casa noturna; Serviço de higiene para animais; Cinema, teatro e concertos.
Serviços - Ex-Subjacente	Calculado pela exclusão do grupo Serviços ex-subjacente.
Duráveis	Mobiliário; Artigos de iluminação; Tapete; Refrigerador; Ar-condicionado; Máquina de lavar roupa; Fogão; Chuveiro elétrico; Televisor; Aparelho de som; Computador pessoal; Joias e bijuterias; Automóvel novo; Automóvel usado; Motocicleta; Óculos de grau; Instrumento musical; Bicicleta e Aparelho telefônico
Semi-duráveis	Cortina; Utensílios de metal; Utensílios de vidro e louça; Utensílios de plástico; Utensílios para bebê; Cama, mesa e banho; Ventilador; Videogame (console); Roupas; Calçados e acessórios; Tecidos e armarinhos; Acessórios e peças (Veículos); Pneu; Brinquedo; Material de caça e pesca; Livro didático; Livro não didático.
Não duráveis	Alimentação no domicílio; Reparos (habitação) exceto mão-de-obra; Artigos de limpeza; Carvão vegetal; Flores naturais; Óleo lubrificante; Etanol; Higiene pessoal; Alimento para animais; Cigarro; Jornal diário; Revista; Caderno; Artigos de papelaria.
Monitorados	Taxa de água e esgoto; Gás de botijão; Gás encanado; Energia elétrica residencial; Ônibus urbano; Táxi; Trem; Ônibus intermunicipal; Ônibus interestadual; Metrô; Integração transporte público; Emplacamento e licença; Multa; Pedágio; Gasolina; Óleo diesel; Gás veicular; Produtos farmacêuticos; Plano de saúde; Cartório; Conselho de classe; Jogos de azar; Correio; Plano de telefonia fixa.

Figura 4 – Principais grupos do IPCA
Fonte: BACEN (2019).

Segue o gráfico com a variação trimestral da inflação, calculado pelo IBGE e disponibilizada pelo BACEN:

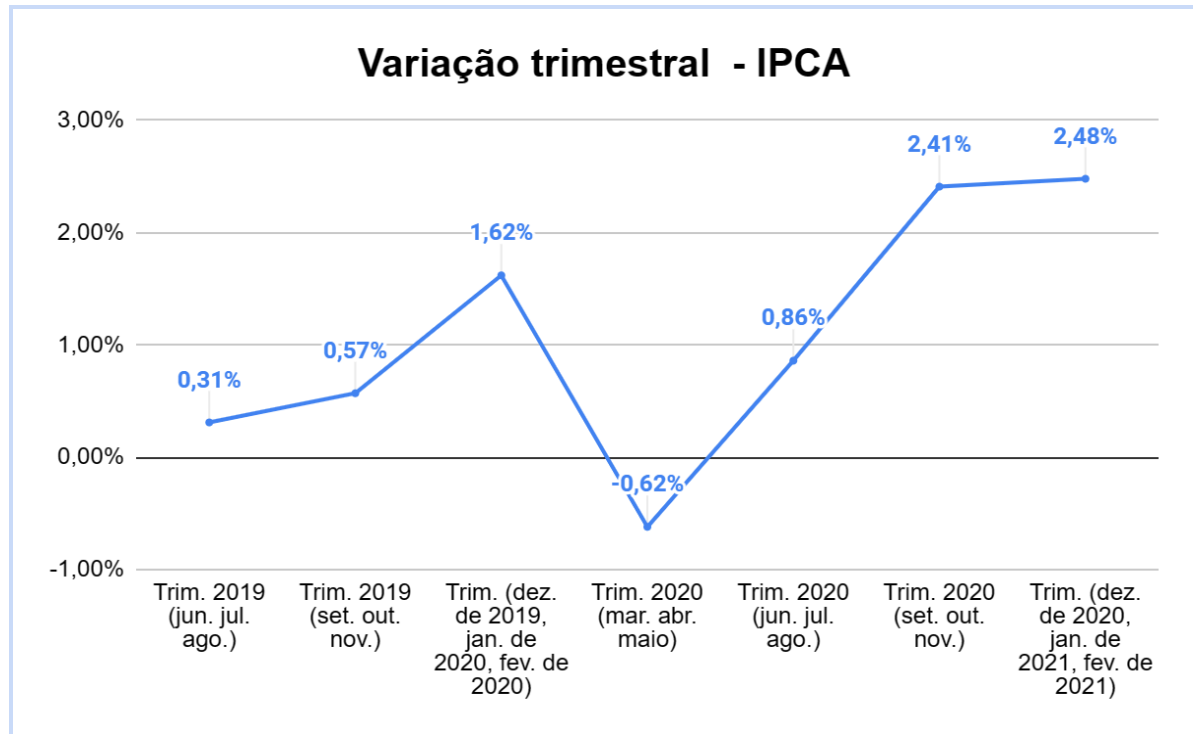


Gráfico 1 – Variação trimestral da inflação
Fonte: BACEN (2021).

No trimestre que engloba os meses de setembro, outubro e novembro de 2019, a inflação chegou a 0,57% em comparação ao trimestre anterior, meses de junho, julho e agosto, que teve 0,31%. Esses dados comprovam o desenvolvimento da inflação antes do ano de 2020, quando ocorreu a pandemia da Covid-19, em conformidade com o BACEN de 2019.

Já no trimestre que se refere aos meses de dezembro de 2019, janeiro de 2020 e fevereiro de 2020, houve a inflação de 1,62%, o que influenciou a alimentação em domicílio. Esta foi puxada pelo preço das carnes especificamente em dezembro, segundo relatório trimestral de inflação, inclusive na inflação mensal no mês de dezembro) foi de 1,15%. Os produtos *in natura* foram influenciados pelo período de chuvas do final de ano. Além disso, dezembro, por ser um mês em que as famílias entram de férias e viajam, as pessoas passam a comprar e a gastar mais.

O relatório de inflação também reporta que, dentro da inflação de serviço, esta foi afetada pelo reajuste das mensalidades escolares, já que no começo do ano é quando pais e familiares tendem a procurar uma escola para os filhos devido ao início das aulas. Na variação mensal, tudo isso influenciou a inflação de serviços. Além disso, os preços do segmento industrial foram afetados pelos preços de vestuário e higiene pessoal.

Já no trimestre compreendido entre os meses de março, abril e maio, identificou-se uma variação negativa de -0,62%, porém, nos trimestres anteriores, houve alta da inflação. A presente variação, segundo o relatório de inflação emitido pelo BACEN, é a menor variação levando em consideração a implantação do regime de metas para inflação, brevemente debatido no referencial teórico.

O relatório reporta que a deflação foi influenciada pela alta dos preços dos alimentos em decorrência da pandemia da Covid-19, cenário em que muitas empresas fecharam, em especial restaurantes e lanchonetes, como medida de contenção do vírus. Em vista disso, o preço dos serviços baixaram, pois as pessoas não viajavam, nem transitavam como antes. Além disso, o etanol e a gasolina tiveram recuo nos preços.

No trimestre encerrado em agosto, o resultado foi 0,86%, depois de uma deflação reflexiva no trimestre anterior. Essa recuperação em andamento se dá pela recuperação dos preços dos combustíveis e pelo reajuste dos medicamentos e da energia elétrica – cujos preços tinham sido retardado no começo do ano. Houve, assim, aumento no preço do etanol e no preço dos alimentos, mas não tanto como ocorreu no trimestre passado. Portanto, o preço dos serviços recuaram devido ao encerramento de atividades de alguns setores após a pandemia. A inflação no trimestre compreendido dos meses setembro, outubro e novembro vem crescendo e o resultado foi de 2,41%.

Nos doze meses encerrados em novembro, o IPCA acumula alta de 4,31%, segundo relatório de inflação. O trimestre foi influenciado pelos programas de transferência de renda, como auxílio emergencial e saque em caráter emergencial do FGTS, medidas que serviram como incentivo ao consumo e ao comércio, sobretudo para as famílias mais humildes. O resultado no trimestre foi influenciado pela alta no preço dos alimentos, inclusive os alimentos *in natura*, os semielaborados e os industrializados. Ademais, o preço dos bens industriais subiram em virtude da normalização de alguns preços após paralisação ou redução da produção e o preço do etanol aumentou.

No trimestre compreendido pelos meses de dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021, teve inflação trimestral de 2,48%, destacando-se a influência da expectativa de que, mediante a vacinação, a médio prazo a economia iria crescer. Os fatores que influenciaram no trimestre foram (i) aumento nos preços dos combustíveis derivados do petróleo e até do etanol; (ii) aumento no preço dos planos de saúde por conta da procura; (iii) aumento dos preços dos bens industriais, fazendo com que as empresas repassassem para os consumidores esse aumento; (iv) alta da alimentação fora do domicílio, já que as pessoas passaram a se alimentar fora; e (v) variação sazonal das mensalidades escolares em fevereiro.

O ano de 2020 encerrou com 4,52% segundo o IPCA, índice de preço ao consumidor, apresentando um resultado acima da meta de inflação estabelecida para aquele ano: 4,00%. No entanto, dentro do intervalo de confiança, como estudado no referencial teórico, a meta para inflação serve como métrica para que as autoridades e o BACEN tomem medidas para controlar a inflação, mantendo-a no intervalo estipulado para aquele ano.

Em geral, os preços das *commodities* foram beneficiados pela demanda chinesa, afetando a inflação. Assim como os *commodities*, as expectativas de retomada do crescimento global devido à vacina também impactaram a inflação. Os preços das *commodities* medidos em dólar tiveram um resultado acima do nível pré-pandemia, conforme relatório do BACEN emitido em março de 2021. Soma-se a isso a depreciação do real, que contribuiu para a alta da inflação e outros fatores analisados.

Conclui-se, então, que no ano de 2020 houve efeitos inflacionários e deflacionários, e a pandemia da Covid-19 influenciou a economia do Brasil. Ao observar os dados trimestrais, é possível fazer uma relação entre a organização mundial da saúde (OMS) em março de 2020, que classificou a Covid como pandemia, e a inflação como deflação no mesmo período, que fez o preço dos itens diminuírem, juntamente ao trimestre junho, julho e agosto.

Na segunda metade do ano, mais especificamente no penúltimo e no último trimestre – setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, e janeiro e fevereiro de 2021 –, houve aceleração nos preços após deflação. Essa aceleração nos resultados aconteceu por diversos fatores, como o aumento na demanda por bens e serviços e recuperação da economia. A seguir, as contribuições de cada segmento no IPCA:

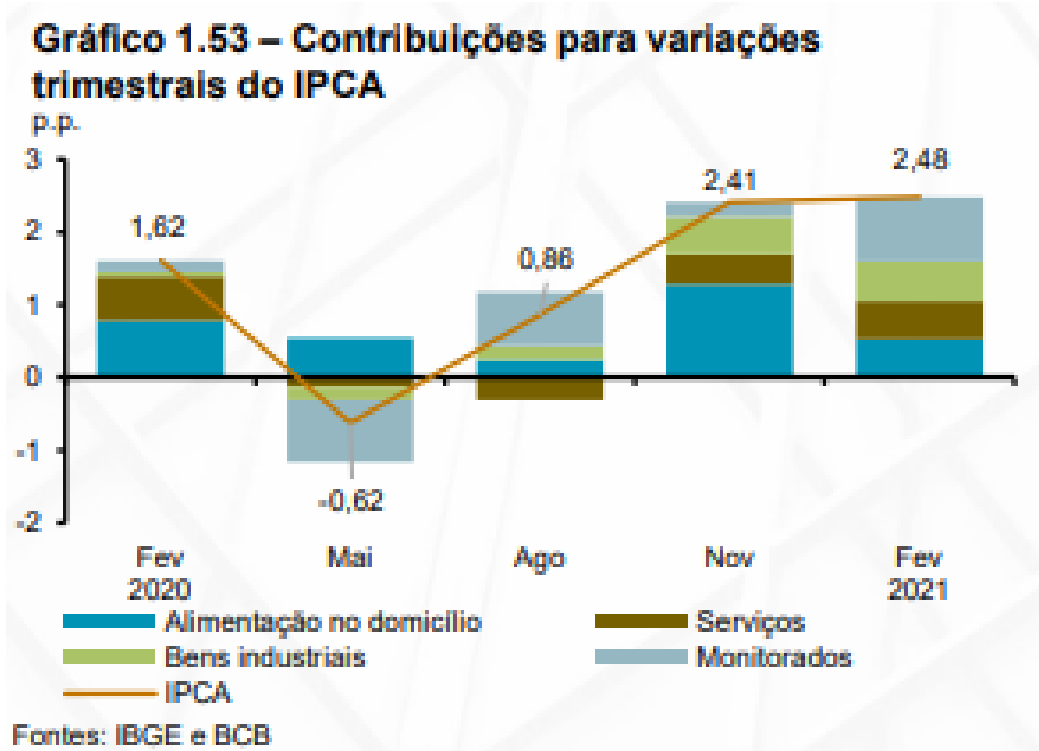


Figura 5 – Principais contribuições dos grupos sobre o IPCA trimestralmente
Fonte: BACEN (2021).

Para analisar a inflação, foi utilizado o relatório trimestral de inflação elaborado pelo BACEN, mas só estão disponibilizados os dados estatísticos a partir de 2021, encontrados em uma escala mensal no site do IBGE e do IPEA e do BACEN. No Figura 6,7,8 e 9 estão os dados dos grupos elaborados pelo IBGE – que podem ser encontrados nos outros dois sites (BACEN e do IPEA).

IPCA - Alimentação no domicílio - Var. % mensal

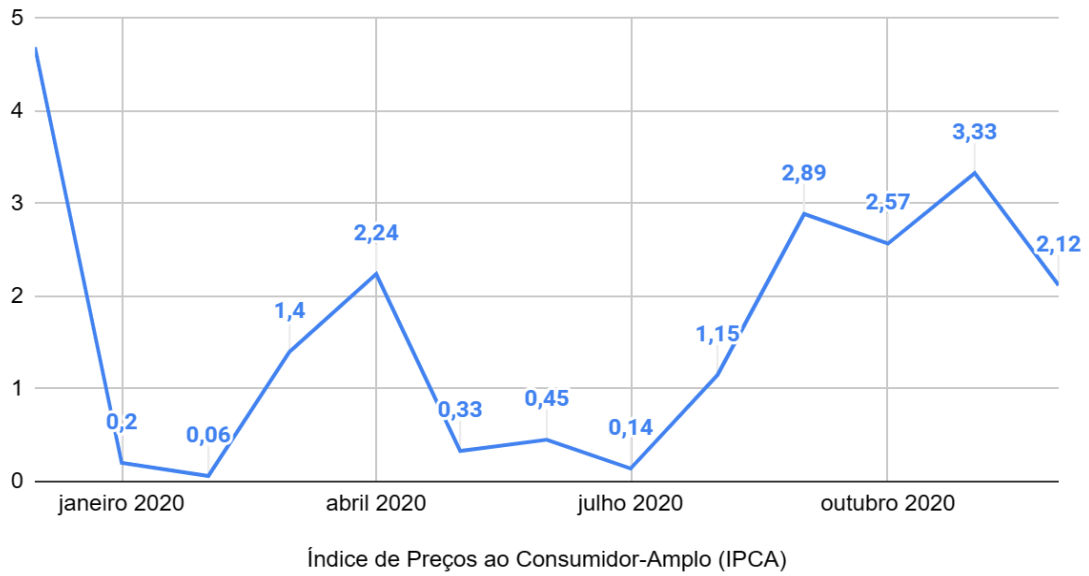


Figura 6 – Gráfico com a variação mensal da alimentação no domicílio
Fonte: BACEN (2023b).

IPCA - SERVIÇOS - Var. % mensal

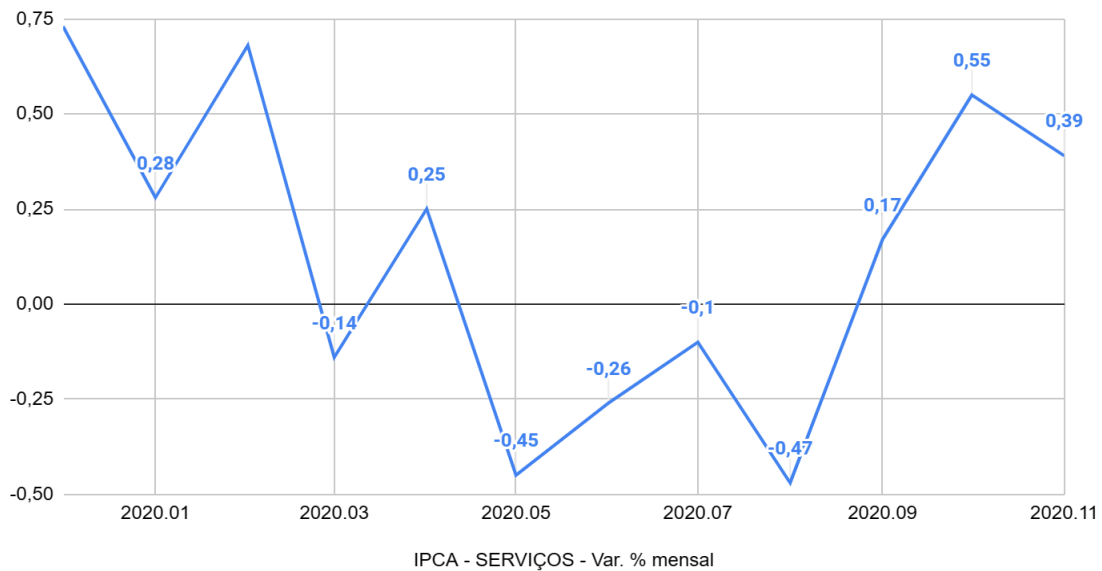
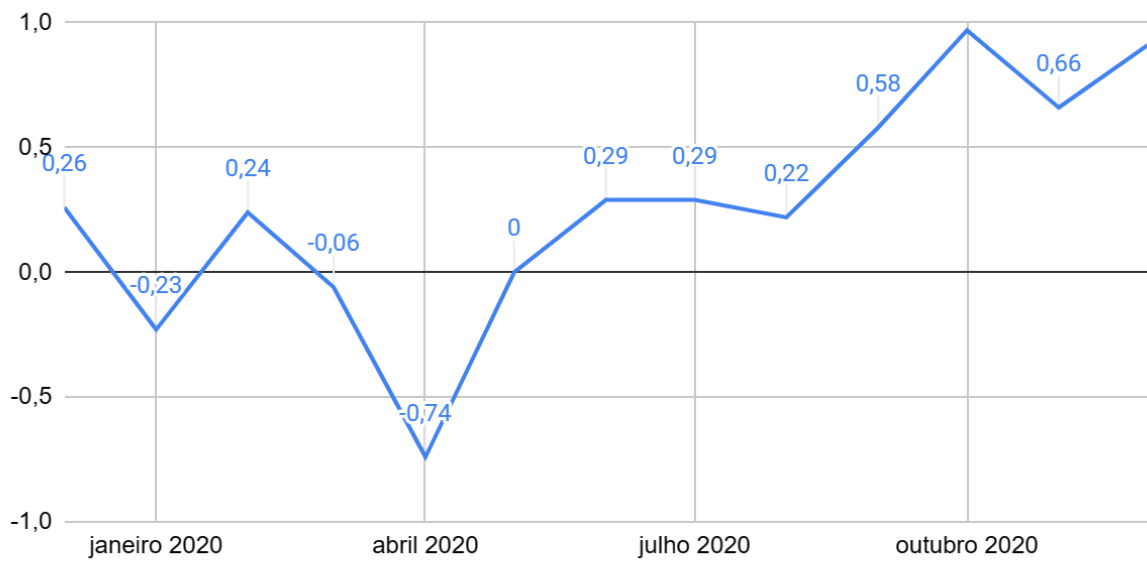


Figura 7 – Gráfico com a variação mensal dos grupo Serviços
Fonte: BACEN (2023b).

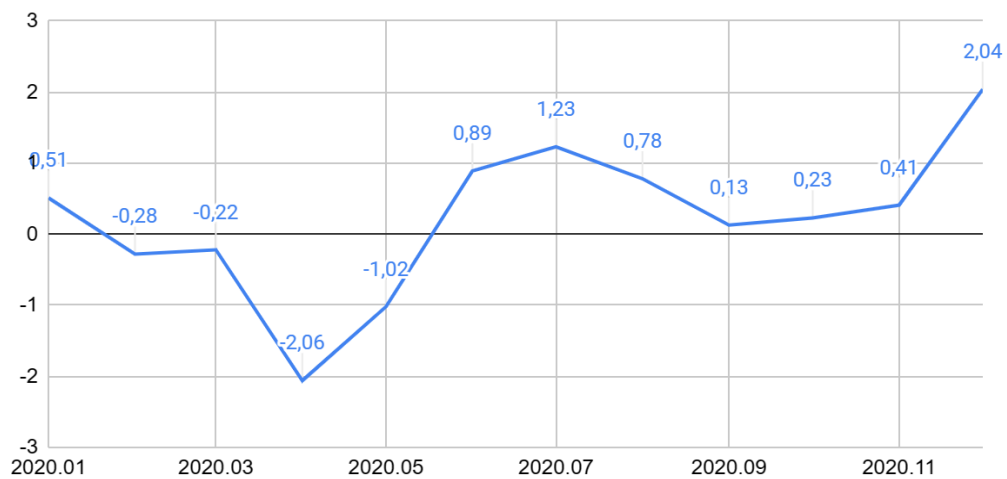
IPCA - Industriais - Var. % mensal



IPCA - Industriais - Var. % mensal

Figura 8 – Gráfico com a variação mensal do grupo Industriais
Fonte: BACEN (2023b).

IPCA - preços monitorados - Var. % mensal



IPCA - preços monitorados - taxa de variação

Figura 9 – Gráfico com a variação mensal do grupo monitorados.
Fonte: BACEN (2023b).

No próximo tópico, será analisado o PIB, os efeitos da pandemia da Covid-19 no PIB e o comportamento do índice ao longo do ano de 2020, visto que ele reflete na renda das famílias.

4.2 PIB

Neste subtópico, buscou-se verificar se o PIB foi afetado pela pandemia da Covid-19. Para isso, foram utilizados os dados do IBGE trimestralmente. O primeiro trimestre é compreendido entre os meses de janeiro, fevereiro e março; o segundo, é configurado com os meses de abril, maio e junho; o terceiro, é constituído com os meses de julho, agosto e setembro; e o quarto, são os meses de outubro, novembro e dezembro. Foram utilizados a comparação trimestral com série ajustada sazonalmente.

No primeiro trimestre de 2020, teve -2,1% de PIB trimestral. Pela ótica da demanda agregada, que é representada pela fórmula $PIB = C + G + I + (X - M)$, o que influenciou no resultado do trimestre foi a **despesa do consumo das famílias**, cuja **queda** foi de - 2,0%. A justificativa se dá pelos efeitos da pandemia da Covid-19 e pelo distanciamento social que acabou afetando a demanda das famílias pelos produtos e serviços, bem como o mercado de trabalho.

O consumo do governo teve resultado de 0,2%, já no trimestre anterior teve 0,4%. Como a diferença não foi alta, remete-se à ideia de estabilidade. FBCF é a Formação Bruta de Capital Fixo (3,1%), resultante do aumento de importações de máquinas e equipamentos para atividades que envolvem extração de recursos naturais, como gás e petróleo. Exportações de bens e serviços teve queda de - 0,9% que, segundo as contas trimestrais, foi influenciado pelas exportações de veículos automotores, enquanto as importações tiveram crescimento de 2,8%, resultado do aumento de importações de aparelhos elétricos e máquinas e equipamentos. Além disso, o próprio PIB teve queda em relação aos trimestres anteriores, sofrendo com os efeitos da pandemia.

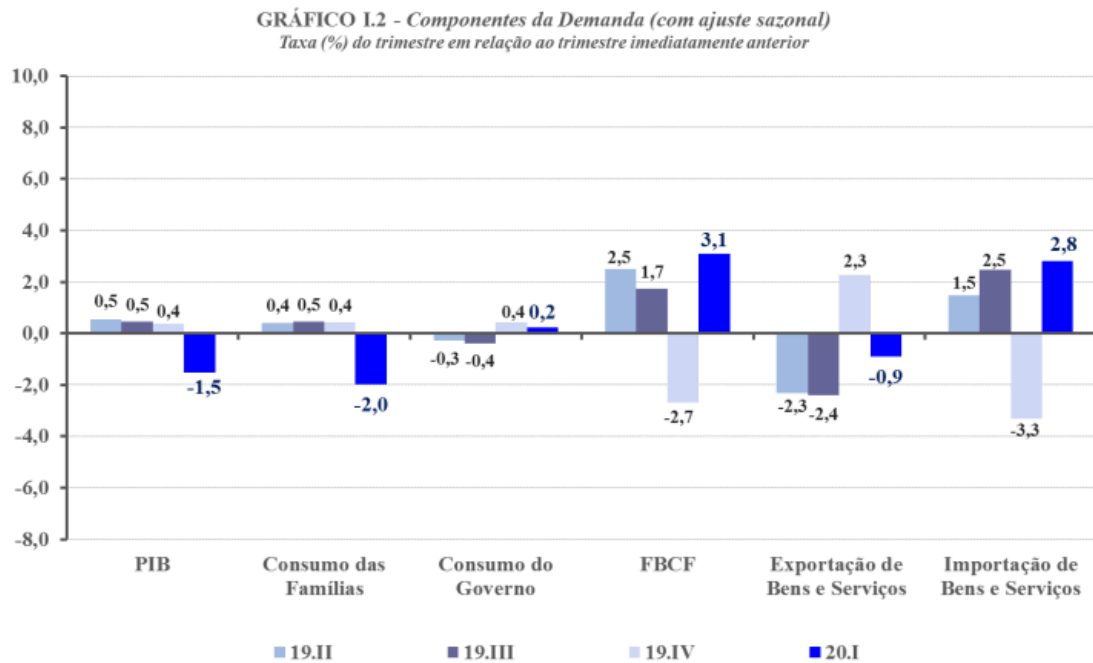


Figura 10 – Gráfico com os componentes da demanda trimestrais
Fonte: IBGE (2020a).

Já no segundo trimestre de 2020, o PIB recuou para -9,7%. No consumo das famílias, houve uma queda de -12,5%, que pode ter sido motivada pelo fechamento de empresas, em especial as atividades oferecidas para as famílias. Com isso, o desemprego cresceu, diminuindo as rendas das famílias e impactando no consumo delas. Já no consumo do governo, identificou-se queda em detrimento do trimestre anterior, que se mostrou quase instável.

Registrou-se queda de -15,4% no FBCF, o que pode ser justificado pela queda da produção interna, principalmente na construção. O mesmo aconteceu com as importações, motivado, provavelmente, pelo recuo na compra de automóveis, máquinas e aparelhos elétricos e até derivados do petróleo e produtos de metal.

É imprescindível apontar o que se passou durante a pandemia: muitas pessoas perderam seus familiares e/ou ficaram doentes. Nesse sentido, a preocupação inicial não era adquirir bens e equipamentos. O único segmento pela ótica da despesa que teve resultado positivo foi exportações de bens e serviços, o que pode ser justificado pelo setor da agropecuária que não parou, ou seja, dos alimentos e dos produtos derivados de petróleo, tais como gasolina, plástico e óleo diesel.

Isso posto, verifica-se que o PIB é um indicador econômico de produção e, se determinado país está produzindo e sua produção sofreu queda considerável no trimestre, o

motivo pode ser a pandemia da Covid-19 e, por conseguinte, do isolamento social.

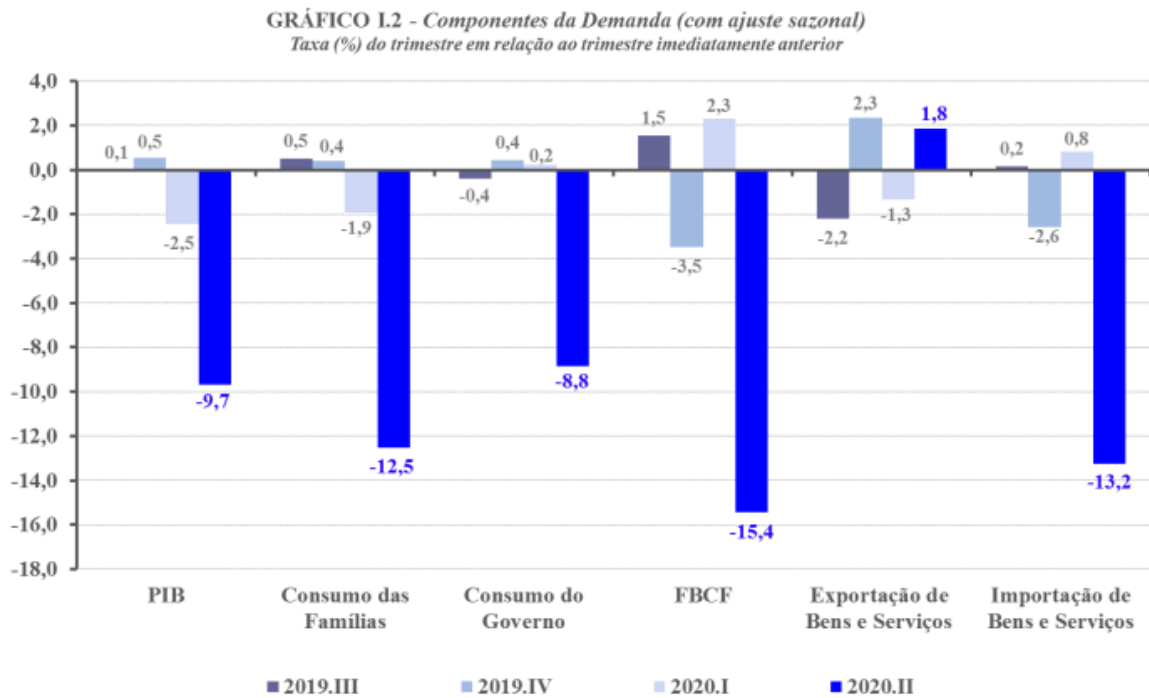


Figura 11 – Gráfico com os componentes da demanda trimestral
Fonte: IBGE (2020b).

No terceiro trimestre de 2020, compreendido entre os meses de julho, agosto e setembro, percebeu-se o resultado de 7,7%. Diante disso, as despesas de consumo das famílias aumentaram, passando a 7,6%, uma vez que as pessoas passaram a comprar mais. Ademais, a partir do meio do ano, a inflação passou a subir depois da deflação que teve nos meses anteriores, e a despesa de consumo do governo também obteve 3,5% por conta, provavelmente, do aumento nos gastos com auxílio emergencial. É importante ressaltar que a FBCF chegou a 11% pelo aumento da produção e importação de bens de capital. Por fim, os únicos que tiveram queda foram Exportações e importações, de -2,1% e -9,6%, respectivamente.

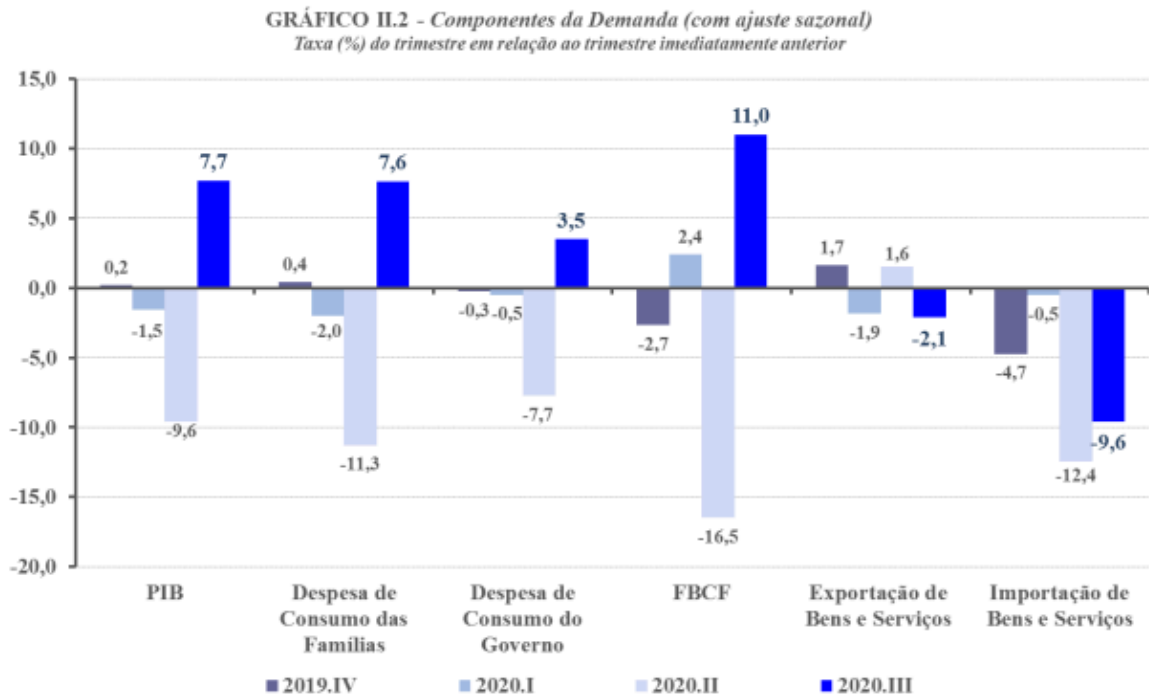


Figura 12 – Componentes da demanda trimestral
Fonte: IBGE (2020c).

Já no quarto trimestre de 2020, o PIB resultou em 3,2% em comparação com o segundo trimestre do mesmo ano. Pela ótica da demanda, todos os segmentos tiveram resultados positivos, principalmente exportações e importações, que estavam com resultado negativo no trimestre passado. Consumo das famílias chegou a 3,4% e consumo do governo, a 1,1%. Ou seja, a economia passou a fluir, embora as pessoas estivessem enfrentando a Covid-19. Algumas delas, por exemplo, mesmo depois de perderem seus empregos e sua renda, passaram a se adaptar ao momento e a empreender. Diante disso, empresas passaram a adaptar seu modo de oferecer seus serviços e, com o tempo, a economia foi se restabelecendo.

GRÁFICO I.2 - Componentes da Demanda (com ajuste sazonal)
Taxa (%) do trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior

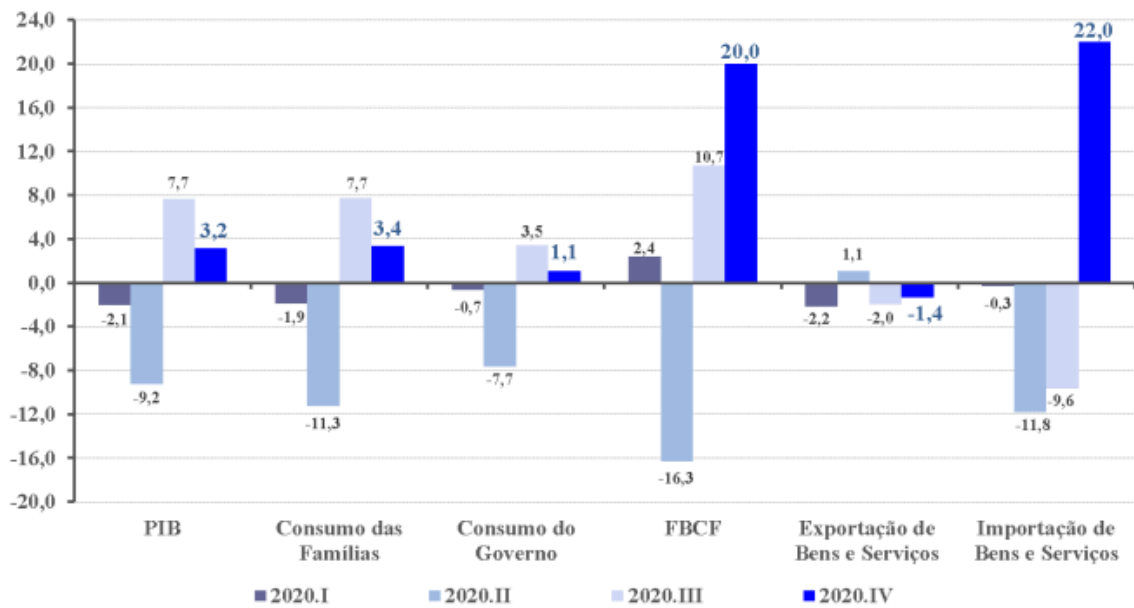


Figura 13 – Componentes da demanda trimestral
Fonte: IBGE (2020d).

Sendo assim, é possível perceber que, nos primeiros dois trimestres do ano, a Covid-19 influenciou na baixa da produção no país, no consumo, na renda e nos gastos do governo. Nos dois últimos trimestres do ano, em contrapartida, o PIB cresceu, e as famílias, as empresas e o governo passaram a se adaptar ao cenário pandêmico, fazendo com que o PIB crescesse em detrimento dos trimestres anteriores.

PIB TRIMESTRAL - IBGE

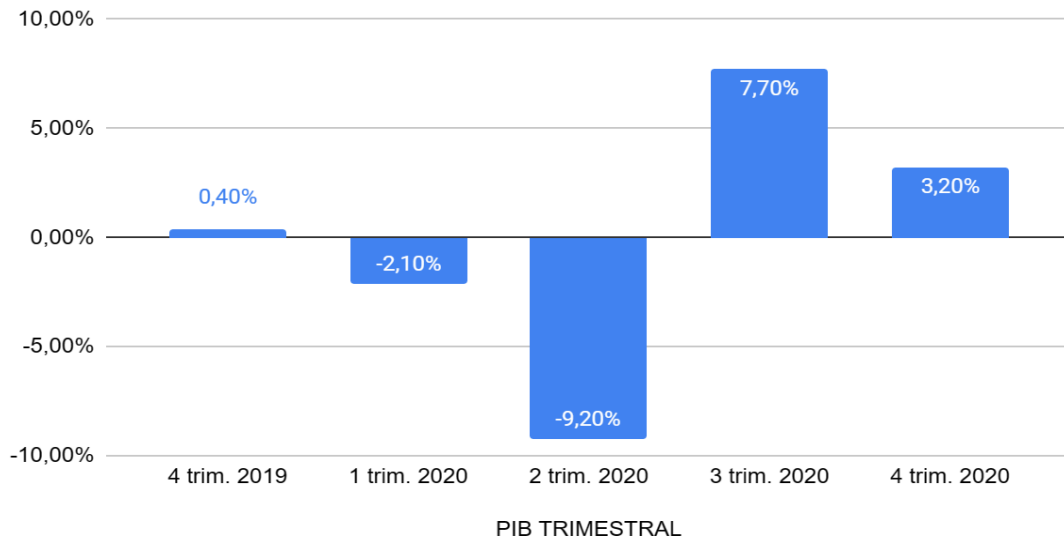


Figura 14 – PIB trimestral no ano de 2020
Fonte: IBGE (2020d).

Logo, conclui-se que a pandemia da Covid-19 afetou o PIB tanto positivamente quanto negativamente, assim como afetou a inflação no país. No próximo tópico, será analisado o desemprego no país, a empregabilidade e se a inflação também foi afetada.

4.3 Desemprego

A fim de analisar o assunto, serão levados em consideração os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Como feito na discussão anterior, o primeiro trimestre são os meses janeiro, fevereiro e março; o segundo trimestre, abril, maio e junho; o terceiro trimestre, julho, agosto e setembro; e o quarto trimestre, outubro, novembro e dezembro.

Retomando o conceito estudado, pessoas ocupadas são, segundo a PNAD, pessoas que trabalham nem que seja uma hora completa e que recebem algum benefício ou uma remuneração pelo trabalho desenvolvido: treinamento, dinheiro, moradia e outros. As pessoas ocupadas temporariamente afastadas são aquelas que trabalham, mas, por algum motivo, estão afastadas: em decorrência de maternidade, paternidade, casamento, estudo etc. Já as pessoas desocupadas são aquelas que estão sem trabalhar em um período de referência de 30 dias.

A condição em relação à força de trabalho faz a seguinte classificação: pessoas na força de trabalho e pessoas fora da força de trabalho. O primeiro termo se refere, de acordo com a PNAD, àquelas pessoas consideradas ocupadas e desocupadas. Já o segundo conceito

representa as pessoas nem ocupadas, nem desocupadas.

Grandes Regiões	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020
	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT
Brasil	61,1	61,3	61,2	61,0	61,1	60,9	61,0	61,4	61,4	61,4	61,6	61,8	61,7	61,7	61,7	61,9	61,0
Norte	61,1	62,6	62,3	61,1	61,2	60,7	61,3	61,3	61,4	60,5	59,9	60,4	59,6	60,0	59,7	59,8	59,6
Nordeste	56,8	56,3	56,0	56,6	56,9	56,8	56,8	56,5	56,1	55,0	54,7	54,9	54,6	54,8	54,5	54,5	53,8
Sudeste	62,3	62,6	62,5	62,1	62,1	61,8	61,9	62,8	63,1	63,8	64,4	64,8	65,0	64,7	64,9	65,1	64,0
Sul	63,8	64,0	64,2	64,1	64,2	63,6	63,8	64,5	64,6	64,3	64,8	64,6	64,0	64,1	64,3	64,7	63,6
Centro-Oeste	64,9	64,8	65,1	64,9	64,8	65,0	65,1	64,8	64,8	65,6	65,2	65,1	65,1	65,9	66,2	66,3	65,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Figura 15 – Taxa de participação (%) da força de trabalho de pessoas acima de 14 anos
Fonte: PNAD contínua trimestral.

A imagem acima representa a taxa de participação, ou seja, o “percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar: [Força de trabalho / pessoas em idade de trabalhar] x 10”. São as pessoas acima de 14 anos, pessoas em idade para trabalhar que estão na força de trabalho, consideradas pessoas ocupadas e pessoas desocupadas nesse período. Além disso, a figura mostra dados do Brasil e das principais regiões do país: Norte, Nordeste, Sudoeste, Sul e Centro-oeste. 1º T e 4º T simbolizam o primeiro trimestre do respectivo ano.

No primeiro trimestre do ano de 2020, 61% das pessoas que tinham 14 anos ou mais estavam ocupadas ou desocupadas no período, na força de trabalho. Com o intuito de melhor entender melhor os dados, verificou-se quantas pessoas na força de trabalho estavam ocupadas – trabalhando – e quantas não estavam trabalhando.

Grandes Regiões	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020
	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT	4ºT	1ºT
Ocupadas																	
Brasil	92,0	93,2	92,0	93,8	92,8	93,5	92,2	91,1	89,1	88,0	86,3	88,2	86,9	88,4	87,3	89,0	87,8
Norte	90,3	93,3	92,0	93,3	92,1	92,2	91,0	91,1	89,9	87,3	85,8	88,7	87,2	88,3	86,9	89,5	88,1
Nordeste	90,3	90,8	89,0	92,1	90,6	91,5	90,7	89,5	87,4	85,7	83,8	86,2	84,1	85,7	84,7	86,4	84,4
Sudeste	92,2	93,5	92,5	93,7	93,0	93,6	92,0	90,4	88,7	87,7	85,8	87,4	86,2	87,9	86,8	88,6	87,6
Sul	94,5	95,9	95,3	96,0	96,0	96,0	94,7	94,2	92,3	92,3	90,7	92,3	91,6	92,7	91,9	93,2	92,5
Centro-Oeste	93,2	94,7	93,4	94,8	93,5	94,9	92,4	93,7	90,0	89,1	88,0	90,7	89,5	91,5	89,2	90,7	89,4
Desocupadas																	
Brasil	8,0	6,8	8,0	6,2	7,2	6,5	7,8	8,9	10,9	12,0	13,7	11,8	13,1	11,6	12,7	11,0	12,2
Norte	9,7	6,7	8,0	6,7	7,9	7,8	9,0	8,9	10,1	12,7	14,2	11,3	12,8	11,7	13,1	10,5	11,9
Nordeste	9,7	9,2	11,0	7,9	9,4	8,5	9,3	10,5	12,6	14,3	16,2	13,8	15,9	14,3	15,3	13,6	15,6
Sudeste	7,8	6,5	7,5	6,3	7,0	6,4	8,0	9,6	11,3	12,3	14,2	12,6	13,8	12,1	13,2	11,4	12,4
Sul	5,5	4,1	4,7	4,0	4,0	4,0	5,3	5,8	7,7	7,7	9,3	7,7	8,4	7,3	8,1	6,8	7,5
Centro-Oeste	6,8	5,3	6,6	5,2	6,5	5,1	7,6	6,3	10,0	10,9	12,0	9,3	10,5	8,5	10,8	9,3	10,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Figura 16 – Distribuição percentual das pessoas na idade para trabalhar por condição de ocupação
Fonte: PNAD contínua trimestral.

A partir da figura 16, entende-se que dentre os 61% de pessoas com idade para

trabalhar na força de trabalho, 87% no Brasil como um todo estão ocupadas, trabalhando nem que seja 1h e recebendo algum tipo de remuneração ou benefício. Nesse montante, 12,2% estão desocupadas, ou seja, pessoas sem trabalho mas que estão disponíveis para trabalhar. É possível também comparar as regiões do país: a menor taxa de desocupação foi no sul com apenas 7,5%, enquanto a região nordeste possui a maior taxa de desocupação com 15,6%.

Dessa forma, pode-se inferir que há mais pessoas empregadas do que desempregadas, o que é positivo, haja vista que quanto mais pessoas trabalhando, maior a renda das famílias, mais compras no mercado e nos setores. Sendo assim, a economia é movimentada.

Grandes Regiões	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT
Brasil	61,1	61,7	61,2	61,5	61,1	61,1	61,0	61,3	61,4	61,6	61,6	61,7	61,7	61,4	61,7	62,1	61,0	55,3
Norte	61,1	62,4	62,3	62,0	61,2	61,3	61,3	61,1	61,4	61,2	59,9	60,3	59,6	59,4	59,7	60,1	59,6	54,3
Nordeste	56,8	56,8	56,0	56,0	56,9	56,9	56,8	57,1	56,1	56,0	54,7	54,7	54,6	53,9	54,5	54,7	53,8	46,9
Sudeste	62,3	63,1	62,5	63,2	62,1	62,1	61,9	62,3	63,1	63,5	64,4	64,6	65,0	64,9	64,9	65,4	64,0	57,9
Sul	63,8	64,5	64,2	64,3	64,2	63,8	63,8	64,0	64,6	64,3	64,8	64,6	64,0	63,6	64,3	64,6	63,6	60,3
Centro-Oeste	64,9	65,1	65,1	65,2	64,8	65,2	65,1	65,2	64,8	65,5	65,2	65,7	65,1	65,4	66,2	67,0	65,4	60,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Figura 17 – Taxa de participação (%) da força de trabalho de pessoas acima de 14 anos
Fonte: PNAD contínua trimestral.

No segundo trimestre de 2020, as pessoas que estavam na força de trabalho e com idade para trabalhar foram 55,3%, havendo um recuo em relação ao trimestre anterior. A região nordeste teve a menor taxa com 46,9%, enquanto a maior foi a região Centro-oeste, com 60,8%. Em todas as regiões do Brasil, a taxa de participação simboliza quantas pessoas estão na força de trabalho, ou seja, ocupadas ou desocupadas em idade para trabalhar. A seguir, a relação em porcentagem de pessoas ocupadas e desocupadas.

Grandes Regiões	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT	1ºT	2ºT
Ocupadas																		
Brasil	92,1	92,5	92,0	92,6	92,8	93,2	92,1	91,7	89,1	88,7	86,3	87,0	86,9	87,6	87,3	88,0	87,8	86,7
Norte	91,1	91,8	91,4	91,7	92,3	92,8	91,3	91,5	89,5	88,8	85,8	87,5	87,2	87,9	86,9	88,2	88,1	88,2
Nordeste	90,3	90,4	89,1	90,0	90,7	91,2	90,5	89,8	87,2	86,8	83,8	84,2	84,1	85,2	84,7	85,4	84,4	83,9
Sudeste	92,1	92,6	92,4	92,8	93,0	93,1	92,0	91,7	88,6	88,3	85,8	86,4	86,2	86,8	86,8	87,6	87,6	86,1
Sul	94,9	95,2	95,2	95,7	95,6	95,9	94,9	94,5	92,7	92,0	90,7	91,6	91,6	91,8	91,9	92,0	92,5	91,1
Centro-Oeste	93,0	93,8	93,2	94,0	94,1	94,4	92,7	92,7	90,3	90,3	88,0	89,4	89,5	90,5	89,2	89,7	89,4	87,5
Desocupadas																		
Brasil	7,9	7,5	8,0	7,4	7,2	6,8	7,9	8,3	10,9	11,3	13,7	13,0	13,1	12,4	12,7	12,0	12,2	13,3
Norte	8,9	8,2	8,6	8,3	7,7	7,2	8,7	8,5	10,5	11,2	14,2	12,5	12,8	12,1	13,1	11,8	11,9	11,8
Nordeste	9,7	9,6	10,9	10,0	9,3	8,8	9,5	10,2	12,8	13,2	16,2	15,8	15,9	14,8	15,3	14,6	15,6	16,1
Sudeste	7,9	7,4	7,6	7,2	7,0	6,9	8,0	8,3	11,4	11,7	14,2	13,6	13,8	13,2	13,2	12,4	12,4	13,9
Sul	5,1	4,8	4,8	4,3	4,4	4,1	5,1	5,5	7,3	8,0	9,3	8,4	8,4	8,2	8,1	8,0	7,5	8,9
Centro-Oeste	7,0	6,2	6,8	6,0	5,9	5,6	7,3	7,3	9,7	9,7	12,0	10,6	10,5	9,5	10,8	10,3	10,6	12,5

Figura 18 – Distribuição percentual das pessoas na idade para trabalhar por condição de ocupação
Fonte: PNAD contínua trimestral.

Compreende-se que, dentre as pessoas em idade para trabalhar e dentro da força de trabalho, 13,3% estão desempregadas ou desocupadas, e 86,7% estão ocupadas. A região sul teve a menor taxa de desocupação do país no trimestre com apenas 8,9%, a maior taxa foi na região nordeste com 16,1%. Na figura 20, será analisado o terceiro trimestre do ano de 2020.

Grandes Regiões	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT
Brasil	61,7	61,5	61,5	61,3	61,1	60,9	61,3	61,4	61,6	61,2	61,7	61,8	61,4	61,7	62,1	62,1	55,3	55,1
Norte	62,4	61,8	62,0	61,0	61,3	61,2	61,1	61,7	61,2	60,3	60,3	60,2	59,4	59,7	60,1	60,4	54,3	55,5
Nordeste	56,8	57,0	56,0	55,9	56,9	56,8	57,1	57,4	56,0	55,0	54,7	54,7	53,9	54,8	54,7	54,7	46,9	47,3
Sudeste	63,1	62,9	63,2	63,1	62,1	61,7	62,3	62,5	63,5	63,6	64,6	64,9	64,9	65,1	65,4	65,4	57,9	57,7
Sul	64,5	64,1	64,3	64,2	63,8	63,8	64,0	63,8	64,3	63,9	64,6	64,5	63,6	63,8	64,6	64,4	60,3	58,7
Centro-Oeste	65,1	64,8	65,2	65,7	65,2	65,1	65,2	64,7	65,5	64,9	65,7	65,7	65,4	65,7	67,0	67,0	60,8	60,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Figura 19 – Taxa de participação (%) da força de trabalho de pessoas acima de 14 anos
Fonte: PNAD contínua trimestral.

Na figura 19, apresentou-se a taxa de participação (%) da força de trabalho das pessoas. No terceiro trimestre resultou em 55,1%. A maior taxa foi na região Centro-Oeste com 60,8%, enquanto a menor região foi o nordeste com 47,3%.

Grandes Regiões	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT	2ºT	3ºT
Ocupadas																		
Brasil	92,5	92,9	92,6	93,1	93,2	93,2	91,7	91,1	88,7	88,2	87,0	87,6	88,1	88,0	88,2	86,7	85,4	
Norte	91,8	92,2	91,7	92,4	92,8	93,1	91,5	91,2	88,8	88,5	87,5	87,8	87,9	88,4	88,2	88,3	88,2	86,9
Nordeste	90,4	90,7	90,0	91,1	91,2	91,4	89,8	89,2	86,8	85,9	84,2	85,2	85,2	85,6	85,4	85,6	83,9	82,1
Sudeste	92,6	93,1	92,8	93,0	93,1	93,1	91,7	91,0	88,3	87,7	86,4	86,8	86,8	87,5	87,6	88,1	86,1	84,6
Sul	95,2	95,7	95,7	95,9	95,9	95,8	94,5	94,0	92,0	92,1	91,6	92,1	91,8	92,1	92,0	91,9	91,1	90,6
Centro-Oeste	93,8	94,3	94,0	94,5	94,4	94,6	92,7	92,5	90,3	90,0	89,4	90,4	90,5	91,1	89,7	89,9	87,5	87,3
Desocupadas																		
Brasil	7,5	7,1	7,4	6,9	6,8	6,8	8,3	8,9	11,3	11,8	13,0	12,4	12,4	11,9	12,0	11,8	13,3	14,6
Norte	8,2	7,8	8,3	7,6	7,2	6,9	8,5	8,8	11,2	11,5	12,5	12,2	12,1	11,6	11,8	11,7	11,8	13,1
Nordeste	9,6	9,3	10,0	8,9	8,8	8,6	10,2	10,8	13,2	14,1	15,8	14,8	14,8	14,4	14,6	14,4	16,1	17,9
Sudeste	7,4	6,9	7,2	7,0	6,9	6,9	8,3	9,0	11,7	12,3	13,6	13,2	13,2	12,5	12,4	11,9	13,9	15,4
Sul	4,8	4,3	4,3	4,1	4,1	4,2	5,5	6,0	8,0	7,9	8,4	7,9	8,2	7,9	8,0	8,1	8,9	9,4
Centro-Oeste	6,2	5,7	6,0	5,5	5,6	5,4	7,3	7,5	9,7	10,0	10,6	9,6	9,5	8,9	10,3	10,1	12,5	12,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Figura 20 – Distribuição percentual das pessoas na idade para trabalhar por condição de ocupação
Fonte: PNAD contínua trimestral.

Dos 55,1% de pessoas em idade para trabalhar na força de trabalho, no terceiro trimestre de 2020, 85,4% estavam empregadas, enquanto a taxa de desocupação ou desemprego foi de 14,6%. A região sul teve a maior taxa de pessoas ocupadas do Brasil. Sobre as pessoas desocupadas, a taxa na região nordeste foi de 17,9% e a menor taxa foi na região sul, com 9,4%. A seguir, o quarto trimestre de 2020.

Grandes Regiões	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT
Brasil	61,5	61,3	61,3	61,0	60,9	60,9	61,4	61,4	61,2	61,4	61,8	61,8	61,7	61,7	62,1	61,9	55,1	56,8
Norte	61,8	62,6	61,0	61,1	61,2	60,7	61,7	61,3	60,3	60,5	60,2	60,4	59,7	60,0	60,4	59,8	55,5	57,3
Nordeste	57,0	56,3	55,9	56,6	56,8	57,4	56,5	55,0	55,0	54,7	54,9	54,8	54,8	54,7	54,7	54,5	47,3	50,2
Sudeste	62,9	62,6	63,1	62,1	61,7	61,8	62,5	62,8	63,6	63,8	64,9	64,8	65,1	64,7	65,4	65,1	57,7	58,9
Sul	64,1	64,0	64,2	64,1	63,8	63,6	63,8	64,5	63,9	64,3	64,5	64,6	63,8	64,1	64,4	64,7	58,7	59,6
Centro-Oeste	64,8	64,8	65,7	64,9	65,1	65,0	64,7	64,8	64,9	65,6	65,7	65,1	65,7	65,9	67,0	66,3	60,8	61,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Figura 21 – Taxa de participação (%) da força de trabalho de pessoas acima de 14 anos
Fonte: PNAD contínua trimestral.

No quarto trimestre compreendido entre os meses de outubro, novembro e dezembro, obteve-se uma taxa de participação de 56,8% pessoas que têm mais de 14 anos de idade e que estão na força de trabalho, ocupadas ou desempregadas. Desse montante, seguem na figura 22, os dados de quantos estão ocupadas e desocupadas.

Grandes Regiões	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT	3ºT	4ºT
Ocupadas																		
Brasil	92,9	93,1	93,1	93,8	93,2	93,5	91,1	91,1	88,2	88,0	87,6	88,2	88,1	88,4	88,2	89,0	85,4	86,1
Norte	92,2	92,7	92,4	93,5	93,1	93,2	91,2	91,4	88,5	87,3	87,8	88,7	88,4	88,3	88,3	89,4	86,9	87,6
Nordeste	90,7	90,7	91,1	92,1	91,4	91,8	89,2	89,6	85,9	85,7	85,2	86,2	85,6	85,7	85,6	86,4	82,1	82,8
Sudeste	93,1	93,4	93,0	93,8	93,1	93,4	91,0	90,4	87,7	87,7	86,8	87,4	87,5	87,9	88,1	88,6	84,6	85,2
Sul	95,7	96,0	95,9	96,2	95,8	96,2	94,0	94,3	92,1	92,3	92,1	92,3	92,1	92,7	91,9	93,2	90,6	91,8
Centro-Oeste	94,3	94,3	94,5	95,1	94,6	94,7	92,5	92,6	90,0	89,1	90,4	90,7	91,1	91,5	89,9	90,7	87,3	88,2
Desocupadas																		
Brasil	7,1	6,9	6,9	6,2	6,8	6,5	8,9	8,9	11,8	12,0	12,4	11,8	11,9	11,6	11,8	11,0	14,6	13,9
Norte	7,8	7,3	7,6	6,5	6,9	6,8	8,8	8,6	11,5	12,7	12,2	11,3	11,6	11,7	11,7	10,6	13,1	12,4
Nordeste	9,3	9,3	8,9	7,9	8,6	8,2	10,8	10,4	14,1	14,3	14,8	13,8	14,4	14,3	14,4	13,6	17,9	17,2
Sudeste	6,9	6,6	7,0	6,2	6,9	6,6	9,0	9,6	12,3	12,3	12,6	12,6	12,5	12,1	11,9	11,4	15,4	14,8
Sul	4,3	4,0	4,1	3,8	4,2	3,8	6,0	5,7	7,9	7,7	7,9	7,7	7,9	7,3	8,1	6,8	9,4	8,2
Centro-Oeste	5,7	5,7	5,5	4,9	5,4	5,3	7,5	7,4	10,0	10,9	9,6	9,3	8,9	8,5	10,1	9,3	12,7	11,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Figura 22 – Distribuição percentual das pessoas na idade para trabalhar por condição de ocupação
Fonte: IBGE (2023).

Observamos, diante da imagem, que a taxa de participação foi de 56,8% da população em idade para trabalhar, 86,1% das pessoas se encontravam ocupadas e 13,9% se encontravam desocupadas. Ademais, a taxa de desocupação revelou estágios diferentes; a menor taxa de desocupação foi na região sul com 8,2% em detrimento da região Nordeste, que teve a maior taxa de desocupação com 17,2%. Segue a taxa de desocupação ou desemprego trimestralmente:

Taxa de desocupação (Desemprego) - PNAD

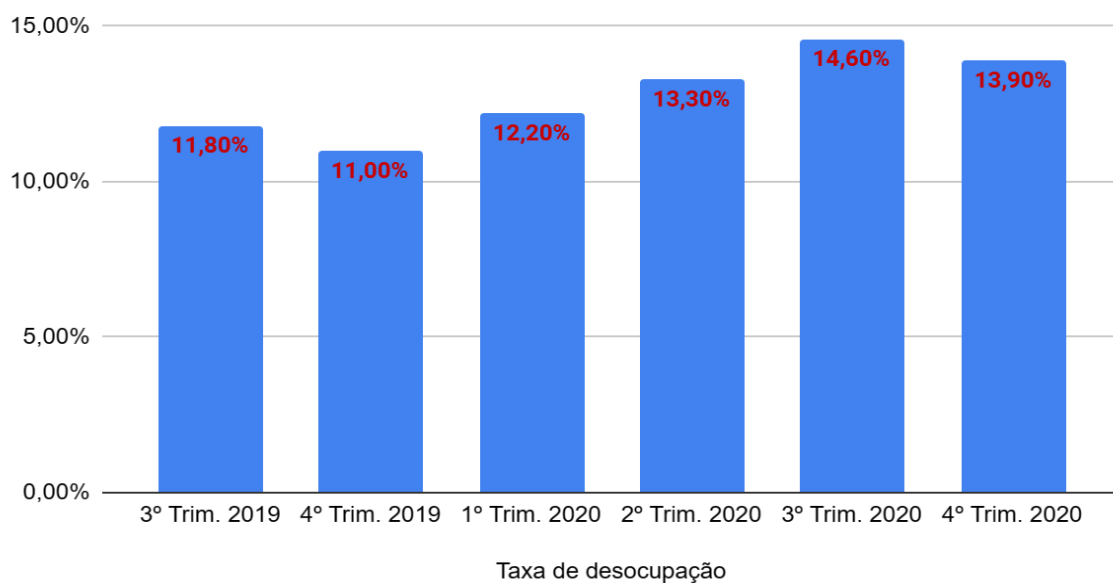


Figura 23 – Taxa de desemprego trimestral
Fonte: PNAD contínua trimestral.

Percebe-se que, no ano de 2020, houve aumento do desemprego, coincidindo com a

pandemia da Covid-19. No terceiro trimestre de 2020, a taxa chegou a 14,60% de acordo com os gráficos inseridos no trabalho, fornecendo a taxa de desemprego do ano de 2012 até 2020. Essa foi a maior taxa de desemprego observada.

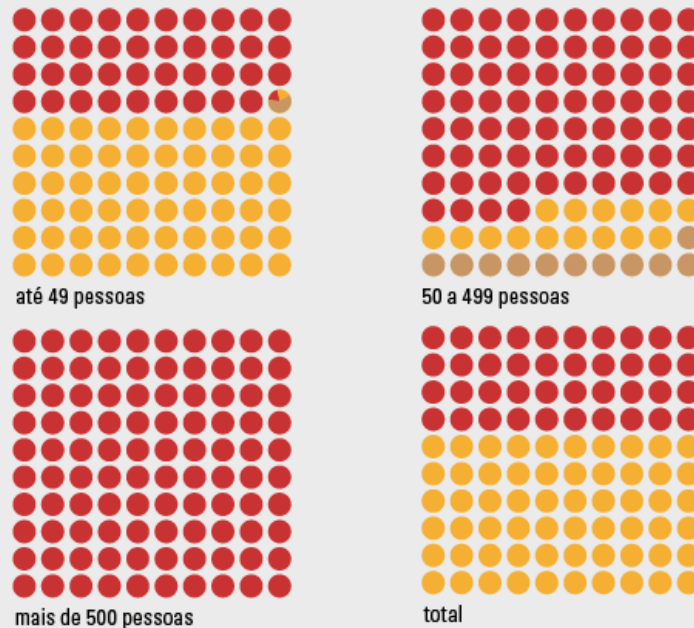
Analisando um pouco mais o gráfico, no segundo trimestre de 2020 para trimestre anterior, teve aumento de 1,1 p.p (pontos percentuais). Já no 3º trimestre de 2020, aumentou 1,3 p.p em comparação com o 2º trimestre. Porém, no quarto trimestre, houve um recuo de -0,7% p.p em detrimento do 3º trimestre.

Na imagem abaixo, retirada do site do IBGE, há uma pesquisa realizada para entender os impactos da pandemia da Covid-19.

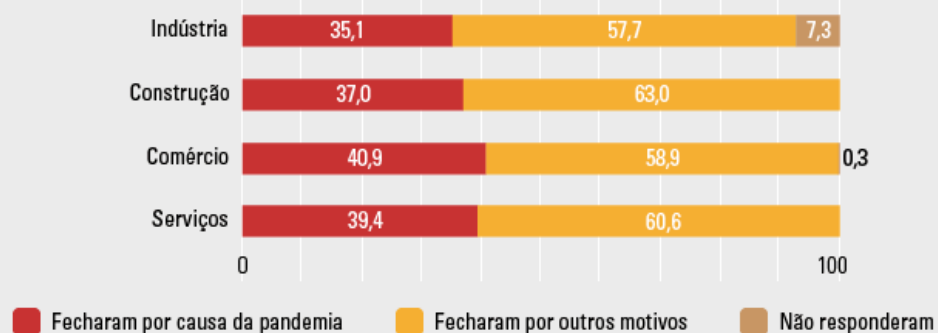
Empresas que encerraram atividades devido à Covid-19 (%) | Brasil - 1ª quinzena de junho de 2020

Das empresas que encerraram suas atividades, **39,4%** fecharam por conta da Covid-19. A pandemia foi a causa do encerramento de **35,1%** das empresas fechadas na indústria; **37%** das que encerraram na construção; **40,9%** das que encerraram no comércio e **39,4%** nos serviços.

Segundo pessoal ocupado



Segundo atividade econômica



Fonte: Pesquisa Pulso Empresa - Impacto da COVID-19 nas Empresas



Estatísticas Experimentais



Figura 24 – Pesquisa Pulso empresas
Fonte: Site do IBGE - pesquisa pulso empresas.

Foi observado na figura 24 que, dentre as empresas que encerraram suas atividades, 39,4 fecharam por causa da pandemia. Constatou-se também que 63,7% das empresas tiveram dificuldades para realizar pagamentos dos funcionários e pagamentos de rotina.

Para enfrentamento do período, o governo federal, segundo site do Senado,

disponibilizou linhas de crédito para as empresas, medida disponibilizada pela MP 944/2020 com aproximadamente R\$34 bilhões. Esse dinheiro foi concedido para que as empresas pagassem seus funcionários, uma tentativa de diminuir o desemprego. A pesquisa do IBGE, nesse sentido, relatou que 12,7% das empresas que conseguiram linha de crédito emergencial concluíram que essa decisão foi bastante positiva.

Sendo assim, a taxa de desemprego pode ser explicada pelo fechamento das empresas durante o período da pandemia da Covid-19, especificamente as pequenas empresas. Os setores de indústria, construção, comércio e serviços foram bastante prejudicados. Além disso, a pesquisa do IBGE, que teve como fonte de pesquisa Pulso Empresa, revela que a pandemia influenciou na tomada de decisões dos empregadores, aproximadamente 60% das empresas mantiveram o número de funcionários e 40% não mantiveram o número de funcionários. Com isso, muitas pessoas foram demitidas, afetando o número de desemprego ou a desocupação no país, o que gerou instabilidade financeira no Brasil. Logo, conclui-se que a pandemia afetou também o desemprego no país. E no terceiro trimestre de 2020, a taxa chegou a 14,60%, ou seja, o desemprego também foi afetado pela pandemia.

Com o aumento do desemprego, as pessoas passaram a se adaptar ao momento para não ficar sem renda, e montar seu próprio negócio. Logo, elevou-se a informalização do trabalho. Também houve mudanças importantes para o setor formal. O governo brasileiro instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda por meio da medida provisória nº 936, de 2020. Em que possibilitou a redução da jornada de trabalho que pode ser feita mediante acordo escrito individual ou negociação de cunho coletiva e que dura no máximo 90 dias.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se, com esta pesquisa, que a Covid-19 afetou economicamente o país. Referente ao ano de 2020, houve uma inflação deflacionária nos primeiros trimestres do ano, ou seja, o preço dos bens e produtos abaixaram, sendo reflexo do consumo. No dois últimos trimestres, houve alta inflacionária devido ao aumento no preço dos combustíveis, ao reajuste dos preços dos medicamentos e da energia elétricas, à alta no preço dos alimentos e aos programas de transferência de renda – como auxílio emergencial e saque em caráter emergencial do FGTS –, que injetaram dinheiro na economia.

Além disso, o PIB foi impactado pela pandemia. Nos primeiros dois trimestres do ano teve o PIB trimestral de -2,10% e - 9,20%, e nos dois últimos trimestres, resultou em 7,70% e 3,20% respectivamente. Identificou-se baixa no consumo e na renda das pessoas devido o isolamento social, também diminuição nos gastos do governo, já nos dois últimos trimestres, o PIB cresceu porque as famílias passaram a comprar mais e a consumir mais, o consumo do governo aumentou também, importante ressaltar que o auxílio emergencial contribuiu para o aumento do PIB nos dois últimos trimestres, e houve aumento da produção e importação de bens de capital no país. Ou seja, nos dois primeiros trimestres assim que começou a pandemia as pessoas, o governo, e as empresas contraíram o consumo e os gastos fazendo com que o PIB diminuísse, e nos últimos dois trimestres, a economia foi se restabelecendo, e o PIB cresceu. Conclui-se que o PIB foi afetado pela pandemia da Covid-19.

O desemprego no país também foi afetado pela pandemia, haja vista que muitas empresas fecharam e algumas até demitiram seus funcionários, causando instabilidade financeira nas famílias, muitas também tiveram dificuldade no pagamento da folha de salário dos seus funcionários, e o governo disponibilizou linhas de crédito que contribuiriam com as empresas, as pessoas em condição de desemprego passaram a criar seu próprio negócio para não ficarem sem renda.

Sendo assim, a inflação, o PIB e o desemprego demonstraram efeitos devido a Covid-19.

6. REFERÊNCIAS

- BACEN. **Relatório de inflação de dezembro de 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/201912/ri201912p.pdf>. Acesso em 12 de nov de 2023.
- BACEN. **Relatório de inflação de setembro de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202009/ri202009p.pdf>. Acesso em 18 de nov de 2023.
- BACEN. **Relatório de inflação de dezembro de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202012/ri202012p.pdf> Acesso em 19 de nov de 2023.
- BACEN. **Relatório de inflação de março de 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202103/ri202103p.pdf>. Acesso dia 19 de dez. de 2023.
- BACEN. Histórico das metas para a inflação. **GOV.BR**, 2023a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37990-desemprego-recua-e-fecha-trimestre-encerrado-em-agosto-em-7-8>. Acesso em: 1 nov. 2023.
- BACEN, **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1**. Módulo público, 2023b. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- FGV. **IPC - Índice de Preços ao Consumidor**. FGV IBRE, 2020c. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/ipc>. Acesso em 08 de jun. 2023.
- FISHER, I. **The purchasing power of money: its determination and relation to credit, interest and crises**. New York: Macmillan, 1911.
- FRIEDMAN, M. "The Role of Monetary Policy." **American Economic Review**, v. 58, n. 1, p.1-17, 1968.
- GREMAUD, A. P. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010206>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- GRIFFITHS, B. **Inflação: o preço da prosperidade**. São Paulo: Pioneira, 1981.

HALL, R. E.; LIEBERMAN, M. **Macroeconomia**: princípios e aplicações. Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522109135. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522109135/> . Acesso em: 4 jul. 2023.

HUME, D. Of interest. *In*: MILLER, E. F. (Ed.). **Essays, moral, political and literary**. Indianapolis: Liberty Classics, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desemprego. **IBGE**, 2023a. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 8 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto – PIB. **IBGE**, 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 4 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto - PIB. **IBGE**, 2023c. Não paginado. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 4 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Inflação. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PIB. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/pib.php/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

IBGE. Indicadores IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Jan.-Mar.2020. 2020a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_1tri.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

IBGE. Indicadores IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Abr.-Jun.2020. 2020b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_2tri.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

IBGE. Indicadores IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Jul.-Set.2020. 2020c. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_3tri.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

IBGE. Indicadores IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Out.-Dez.2020. 2020d. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_4tri.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

LANZANA, A. E. T. **Economia brasileira fundamentos e atualidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010169/cfi/6/10!/4/2@0:0>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LUQUE, C. A.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. Considerações sobre o problema da inflação. **Manual de economia**, v. 5, p. 336-351, 2002.

CORREIA, Sergio; LUCK, Stephan; VERNER, Emil. Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu. SSRN, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3561560>. Acesso em: 19/12/2023.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed., 2001.

METAS para a inflação. **Banco Central do Brasil**, 2023. Disponível em: <https://ww.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>. Acesso em: 19 jun. 2023.

NOGAMI, O.; PASSOS, C. R. M. **Princípios de Economia**. Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522124930. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124930/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

O QUE É pandemia e o que muda com declaração da OMS sobre o novo coronavírus. **BBC NEWS BRASL**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51363153>. Acesso em: 28 de maio 2023.

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares. **IBGE** - Educa professores, c2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-recursos/20584-ibge-explica-pof.html>. Acesso em 08 de jun. 2023.

PHILLIPS, A. W. “The relationship between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861-1957”. **Economic.**, p. 283-299, 1958.

RANGEL, M.; RODRIGUES, J. do N.; MOCARZEL, M. Fundamentos e princípios das opções metodológicas: Metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. **OMNIA Revista Interdisciplinar de Ciências e Artes**, Rio de Janeiro, v. 8, jun. 2018.

Ministério da Economia. (2020, 01 de abril). **Governo lança Programa Emergencial de Manutenção do Emprego para enfrentar efeitos econômicos da Covid-19**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/governo-lanca-programaemergencial-de-manutencao-do-emprego-paraenfrentar-efeitos-economicos-da-covid-19>. Acesso em 19 de dez de 2023.

ROSSETTI, J. P. **Introdução a economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. McGraw-Hill, Grupo A, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551051/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, C. R. L. da; LUIZ, S. **Economia e mercados**: introdução à economia. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Disponível

em:<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547227739/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

VASCONCELLOS, M. A S. **Introdução à Economia**. Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502146075. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502146075/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

JUNIOR, Reynaldo Rubem Ferreira e RITA, Luciana Peixoto Santa. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 13, n.2, Edição Especial, p.459-479, abr. 2020.

APÊNDICES

Apêndice A - Organograma da Empresa X

Apêndice B - Fluxograma do Processo Y